



**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS - SNPTA
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

FORTALEZA-CE, JUNHO/2019



**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS - SNPTA
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do Exercício de 2018, apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, tendo sido elaborado de acordo com as disposições da DN TCU nº 170/2018 e Portaria TCU nº 369/2018.

**DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
FORTALEZA-CE, JUNHO/2019**



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ASSPRE	Assessoria da Presidência
ASSTEC	Assessoria Técnica
AUDINT	Coordenadoria de Auditoria Interna
CAP	Conselho de Autoridade Portuária
CDC	Companhia Docas do Ceará
CGU	Controladoria Geral da União
CISSET	Secretaria de Controle Interno
COADMI	Coordenadoria de Administração
CODCMS	Coordenadoria de Comunicação Social
CODCOL	Coordenadoria de Compras e Licitações
CODCON	Coordenadoria de Controle
CODCVT	Coordenadoria do Centro Vocacional Tecnológico Portuário
CODFIN	Coordenadoria de Finanças
CODGEN	Coordenadoria de Gestão de Negócios
CODGEP	Coordenadoria de Gestão Portuária
CODGUA	Coordenadoria da Guarda Portuária
CODINF	Coordenadoria de Infraestrutura Civil
CODJUR	Coordenadoria Jurídica
CODMAK	Coordenadoria de Marketing
CODMAN	Coordenadoria de Manutenção Elétrica e Mecânica
CODPLA	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
CODREH	Coordenadoria de Recursos Humanos
CODSMS	Coordenadoria de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
CODTEI	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
CONFIS	Conselho Fiscal
CONSAD	Conselho de Administração



CRA	Conselho Regional de Administração
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DIAFIN	Diretoria Administrativa e Financeira
DIEGEP	Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária
DIRCOM	Diretoria Comercial
DIREXE	Diretoria Executiva
DIRPRE	Diretoria da Presidência
ENEL	Enel Distribuição do Ceará
FIC	Faculdade Integrada ao Ceará
GABPRE	Gabinete da Presidência
LAI	Lei de Acesso à Informação
MPLOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PBA	Plano Básico Ambiental
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PECÉM	Terminal Portuário do Pecém
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
PUC	Participação da União no Capital
SEA	Saldo de Exercício Anterior
SEP	Secretaria Especial de Portos
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIGEP	Sistema de Gestão Portuária
SINCOV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SNPTA	Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos



TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TMP	Terminal Marítimo de Passageiros
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
USP	Universidade de São Paulo



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	13
FIGURA 2 - MATRIZ SWOT.....	16
FIGURA 3 - MAPA ESTRATÉGICO	22



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CDC.....	11
QUADRO 2 - MOVIMENTAÇÃO DE FRUTAS NO PORTO DE FORTALEZA.....	15
QUADRO 3 - PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA.....	40



LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 1	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE
ANEXO 2	PARECER OU RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE OPINIÃO DOS AUDITORES
ANEXO 3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ANEXO 4	NOTAS EXPLICATIVAS

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	3
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	8
MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	11
 CAPÍTULO 2: VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	 13
IDENTIFICAÇÃO DA UPC.....	14
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
DIRIGENTES.....	16
AMBIENTE EXTERNO.....	17
INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	17
MODELO DE NEGÓCIO.....	18
 CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	 23
MAPA ESTRATÉGICO.....	24
PRINCIPAIS OBJETIVOS.....	24
INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADO	27
ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA	28
INFORMAÇÕES SOBRE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	29
ATIVIDADE DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ATOS ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	29
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO.....	29
POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.....	29
MODELO DE GOVERNANÇA.....	30
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA.....	30
PRINCIPAIS PONTOS TRATADOS NA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	30
RESULTADO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA.....	31
 CAPÍTULO 4: GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	 33
TIPOS DE RISCOS.....	36

MODELO DA GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS.....	36
AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE E ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS.....	38
CAPÍTULO 5: RESULTADOS DA GESTÃO	40
PRINCIPAIS AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS DA CADEIA DE VALOR.....	41
PRINCIPAIS RESULTADOS.....	42
CAUSAS, IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS.....	44
DESAFIOS E INCERTEZAS.....	44
CAPÍTULO 6: ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	46
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	47
GESTÃO DE PRECATÓRIAS	50
GESTÃO DE PESSOAS.....	50
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	54
GESTÃO DE PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	55
GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	58
GESTÃO DE CUSTOS	62
GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	62
CAPÍTULO 7: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	64
CAPÍTULO 8: OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	66
CAPÍTULO 9: ANEXOS E APÊNDICES.....	71

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se por seu Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A CDC tem sede e foro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará e prazo de duração indeterminado, tendo como missão promover o desenvolvimento socioeconômico da região de sua influência e em particular do Estado do Ceará, através do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. Tem como objetivos ampliar a sustentabilidade, obter excelência no relacionamento, ter preços competitivos, ter maior produtividade e disponibilidade de atracação, ampliar a movimentação de cargas e passageiros, otimizar os custos operacionais, obter excelência nos processos de gestão, apoio e negócios, melhorar a gestão de fornecimento, ter infraestrutura competitiva, melhorar a comunicação institucional, ter eficiência na gestão socioambiental, desenvolver competências internas, ter um ambiente propício para manter a satisfação, o bem estar e a motivação das pessoas, implementar um modelo de disseminação do conhecimento, melhorar a saúde e a segurança do trabalhador e ter sistemas integrados e atualizados.

PRIORIDADES DA GESTÃO

A CDC tem como prioridade a manutenção das infraestruturas físicas como garantia de modernização das instalações, visando a uma operação portuária eficiente que prime pela otimização da produtividade e, conseqüentemente, garanta também a atratividade de cargas para o Porto de Fortaleza, buscando assim torná-lo referência pela excelência dos seus serviços e comprometimento com a satisfação dos clientes internos e externos.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA GESTÃO

O ano de 2018 consolidou o cenário de recuperação econômica da Companhia Docas do Ceará - CDC. No citado ano, a CDC apresentou resultado econômico deficitário de R\$ 14,75 milhões. Entretanto, este prejuízo foi menor em 18% comparado ao exercício anterior, o que reforça a expectativa de resgate econômico da Companhia. Tal situação decorreu dos esforços da Diretoria e

dos Conselhos de Administração e Fiscal para a implementação de ações de melhoria da gestão e do controle e otimização de gastos, associada a uma estratégia empresarial de aumento das receitas.

Destaca-se, ainda, que o indicador financeiro (EBITDA), em 2018, foi positivo em R\$ 1,18 milhão.

No corrente ano, as receitas da CDC atingiram seu recorde histórico, perfazendo o montante de R\$ 66,77 milhões, o que correspondeu a um crescimento de 5,31% sobre 2017, motivado principalmente pelos incrementos de 1.265% e 4,5% nas movimentações de frutas e de grãos líquidos, respectivamente, aliado ao reajuste das tarifas portuárias vigentes a partir de 01/07/2017, cujo reflexo foi percebido em 2018.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O desafio da Companhia é ampliar a movimentação de cargas e passageiros, priorizando ações de planejamento e controle das operações portuárias que possam produzir maior impacto sobre a competitividade da Companhia Docas do Ceará com base nos seguintes propósitos: articular as competências das áreas de gestão, apoio e negócios para o atendimento das demandas dos clientes; enfatizar soluções flexíveis que otimizem a utilização e a disponibilidade do cais e dos berços e oferecer atendimento em escala, priorizando o desenvolvimento e a oferta de soluções que apresentem um maior retorno quantitativo.

A CDC tem como perspectivas para reestruturação da administração: restrição ao embarque de frutas da CODERN; tendência de crescimento do turismo de cruzeiro; interesse privado no arrendamento do TMP, terminal de Camocim e demais áreas disponíveis; obras de ampliação da infraestrutura viária de acesso em curso (duplicação Mucuripe-Pécem) e o novo berço 106 (Múltiplo uso).



CESAR AUGUSTO PINHEIRO
DIRETOR PRESIDENTE

CAPÍTULO 2: VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE

EXTERNO



IDENTIFICAÇÃO DA UPC E DECLARAÇÃO DA SUA MISSÃO E VISÃO.

A Companhia Docas do Ceará tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, especificamente, no Porto do Mucuripe, administrando-o e exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos que dispõe a Lei nº 12.815/13, marco regulatório dos portos, que preceitua, no art. 17, ser a Administração Portuária exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

A CDC tem como missão promover o desenvolvimento socioeconômico da região de sua influência e, em particular, do Estado do Ceará, através do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações, importações, transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo, e tem como visão ser um Porto de referência pela excelência dos seus serviços e pelo comprometimento com a satisfação dos clientes internos e externos.

O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia Docas do Ceará está representado por 27.485.113.672 ações, sem valor nominal, sendo 17.948.605.801 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas, de classe única e sem opção de compra. A CDC não possui participação em outras sociedades. A composição acionária da CDC está assim representada:

ACIONISTAS	CNPJ	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	37.115.342/0001-67	27.466.893.721	99,933709748%	332.557.573,78
GOVERNO ESTADO CEARÁ	07.954.480/0001-79	18.204.800	0,066235127%	220.416,05
PREFEITURA DE FORTALEZA	07.954.605/0001-60	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE MARANGUAPE	07.963.051/0001-68	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAUCAIA	07.616.162/0001-06	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAMOCIM	07.660.350/0001-23	3.207	0,000011668%	38,83
PREFEITURA DE ARACATI	07.684.756/0001-46	2.986	0,000010864%	36,15
TOTAL		27.485.113.672	100,000000000%	332.778.173,27

Quadro 1.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

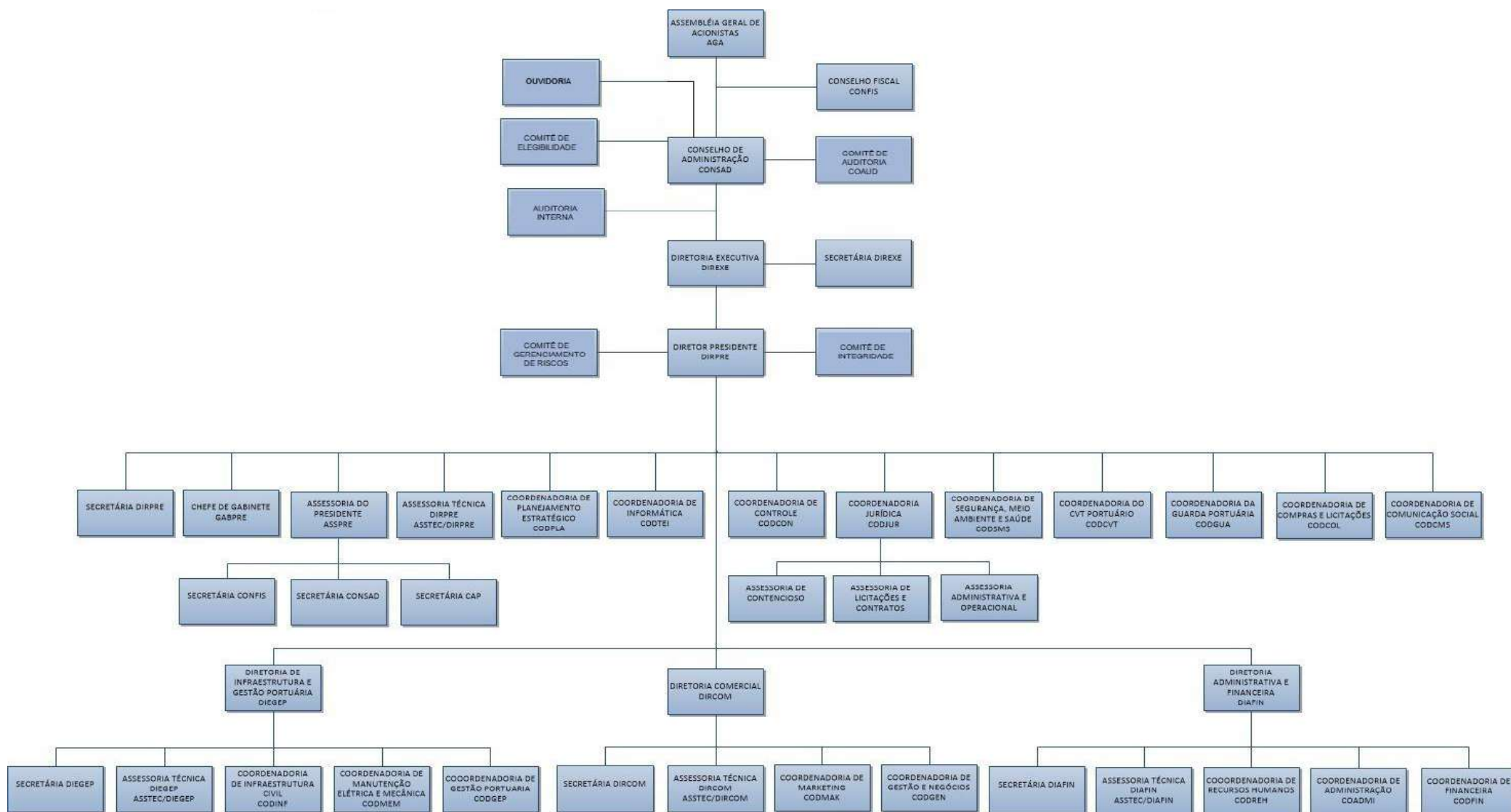


Figura 1.

DIRIGENTES



César Augusto Pinheiro, nascido em 21 de novembro de 1949, natural de Senador Pompeu-CE, Casado, reside na rua Euclides Onofre de Souza, nº425 – Sapiranga, Fortaleza-CE, Celular:(85)997941815, E-mail: augusopinheiro@uol.com.br; , graduado em Sociologia e Política – USP e pós graduado em Administração Pública – FIC ano de 2006. Diretor Presidente da Companhia Docas do Ceará desde 2015. Foi Secretário de Recursos Hídricos do estado do Ceará SRH-CE, no período de 2007 a 2014. No período de 2003 a 2016 foi Diretor de Infraestrutura Hídrica do DNOCS.



Mário Jorge Cavalcanti Moreira, nascido em 11 de Julho de 1963, casado, reside na rua Osvaldo Cruz, nº635, Aptº 1102- Meireles, Fortaleza-CE, Celular (85) 988143560, E-mail:mario.jorge@docasdoceara.com.br; Formado em Administração de Empresas, CRA – 4325, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Especialista em Engenharia e Gestão Portuária pela Universidade Federal de Santa Catarina. Está na Cia Docas do Ceará desde 1985 na qual já exerceu as funções de Analista de Sistema, Coordenador Comercial Adjunto, implantou a área comercial na CDC, atualmente é Diretor Comercial.



Jéferson Cavalcante de Lucena, nascido em 26 de novembro de 1982, natural de Tauá-CE, reside na Rua Dr. José Lourenço, nº 2275, Aptº 202 - Bairro Joaquim Távora, Celular:(85)984393129, E-mail:jefersonlucena@yahoo.com.br. Graduado em Direito pela Faculdade Farias Brito – FFB em 2016 e Pós Graduado em Direito Processual Civil pela escola superior Magistratura Cearense – ESMEC-2011/2012, mestrando em administração pública pela Universidade de Lisboa – Instituto superior de ciências Sociais e Políticas no ano de 2018. Diretor Administrativo Financeiro desde 2017, anteriormente atuou como sócio proprietário do Escritório de Advocacia Araújo e Lucena Advogados, no período de 2006 a 2016.



Cláudio Henrique Pereira D'Alencar, Brasileiro, casado, reside na rua Tereza Hinko, nº 50, Bairro:Mucuripe, Fortaleza-CE, Celular: (85)988880603, E-mail:claudiodalencar@yahoo.com.br, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará- UFC no ano de 2007 e Pós graduado em Controladoria e Gestão Empresarial (Em andamento) pela Faculdade Christus. Está na Cia. Docas do Ceará desde 2011, onde exerceu o cargo de Coordenador de Gestão Portuária e atualmente exerce o cargo de diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária. Atuou como assistente administrativo na Fotosenses Tecnologia Eletrônica Ltda, no período de 2010 a 2011.



Antonio Iran Costa Magalhães, Brasileiro, casado, 60 anos, reside na rua Dr. José Lourenço nº 455, Apartamento 2102, Bairro: Aldeota, Fortaleza-CE, Celular: (85)988791957, E-mail: iranmagalhaes@hotmail.com, Graduado em Engenharia Civil, em 1982 e Pós Graduado em Gestão Empresarial, pela FGV em 2010. Exerceu a função de Diretor Comercial da CDC no período de 01 de março a 22 de novembro de 2018. Sua experiência anterior foi como empregado de carreira na Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, onde assumiu os cargos de Gerente do Departamento Regional de Juazeiro do Norte, de 1989 a 1998; Diretor Adjunto de Engenharia, de 1999 a 2003; Gerente de Obras da Região Metropolitana de Fortaleza de 2004 a março de 2012.

AMBIENTE EXTERNO

EVENTOS EXTERNOS

A CDC teve como eventos externos que impactaram sua gestão o baixo crescimento econômico do país, aliado ao ambiente de indefinições políticas e a greve nacional de caminhoneiros, o que repercutiu bastante na movimentação portuária. Destaca-se ainda a concorrência entre os portos brasileiros, principalmente no Nordeste, atualmente o principal concorrente da CDC é o Terminal Portuário do Pecém. A CDC em 2018 perdeu para o qual em 2018 celebrou contrato com um dos principais armadores da CDC que fazia a navegação de cabotagem e mercosul, ocasionando um queda na na movimentação de grãos sólidos não cereais (escória) e a não movimentação de milho no exercício

A redução na movimentação, registrada em 2018, foi decorrente principalmente da saída de operação, no Porto de Fortaleza, dos navios do armador LOGIN, a partir de julho/2018, que faziam a navegação de Cabotagem e Mercosul, aliada à queda na movimentação de grãos sólidos não cereais (escória) e a não movimentação de milho no exercício. A redução na cabotagem foi verificada nas importações. Paralelamente, a operação portuária também foi impactada pela paralisação nacional dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, com reflexos importantes na operação.

EVENTOS INTERNACIONAIS

Não houve nenhum evento internacional que impactasse a gestão da CDC.

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS REFERENTES À ÁREA DE ATUAÇÃO DA UPC

A CDC possui indicadores que tratam das seguintes perspectivas: financeiro e social, clientes, processos internos e pessoas, tecnologia e inovação. Dentre os indicadores de perspectiva

financeira e social, destacam-se por exemplo: Comprometimento das Despesas Operacionais; Execução do Orçamento de Investimento; Inadimplência das Contas a pagar; Margem EBITDA; Inadimplência de Contas a Receber e Qualidade no Faturamento. O Planejamento que contempla os indicadores de gestão estratégica encontra-se no link a seguir: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/planejamento-estrategico-com-matriz-swot.pdf>.

A CDC identificou como principais oportunidades e ameaças, conforme consta na Matriz Swot:

<u>Forças</u>	<u>Oportunidades</u>
• Cerca de 2/3 do PIB do Ceará está a 30 km do Porto • Resultado Operacional superavitário • Investimentos públicos estruturantes realizados em 2017/18 (Modernização do Pátio, OCR, Dragagem) potencializam a melhoria do resultados • Implantação de Política de Gestão de Riscos e Integridade	• Autonomia para reestruturação administrativa • Restrição ao embarque de frutas na CODERN • Tendência de crescimento do turismo de cruzeiros • Interesse privado no arrendamento do TMP, Terminal de Camocim e demais áreas disponíveis • Obras de ampliação da infraestrutura viária de acesso em curso (duplicação Mucuripe – Pecém) • Novo Berço 106 (Múltiplo Uso)
<u>Fraquezas</u>	<u>Ameaças</u>
• Ausência de concurso público/renovação dos quadros • Empresa sujeita a indicações de caráter político para cargos estratégicos • Contingenciamento orçamentário dificulta manutenção da infraestrutura e novos investimentos em produtividade, acarretando elevação de custos e queda do desempenho • Entorno conturbado	• Indicação de cargos de gestão desperta interesse político • Transferência da Tancagem para o Porto do Pecém • Migração de Cargas para Portos concorrentes (Pecém, Natal, Suape) • Migração de Empresas

Figura 2: Matriz Swot

Fonte: Planejamento Estratégico da CDC

MODELO DE NEGÓCIOS

O negócio da CDC, na qualidade de Autoridade Portuária, é oferecer facilidades de infra e superestrutura às operações portuárias.

A carteira de clientes da CDC é formada basicamente por usuários e arrendatários, que remuneram a empresa pelo uso da área (parcela fixa do arrendamento) e movimentação de carga, bem como pelos requisitantes de serviços em geral (os próprios arrendatários, armadores, operadores, agentes, etc.). Com relação aos arrendatários, a CDC possui atualmente, dentre a sua carteira de clientes, 03 empresas arrendatárias.

O Porto de Fortaleza é um dos cinco maiores na movimentação de cargas da região Nordeste, tendo movimentado 4.771.032 de toneladas em 2018. Embora a perspectiva da

movimentação seja estável, a tendência é de que a CDC obtenha crescimento pouco superior. O marketing share do Porto de Fortaleza permanece, em média, no percentual de 26% em relação ao total de cargas movimentadas no Estado do Ceará.

A infraestrutura do Porto de Fortaleza possui localização privilegiada, no litoral do Estado do Ceará, na região Nordeste, com tendência evolutiva de abarcar mais desenvolvimento e crescimento industrializado para a região, tendo uma parcela importante do PIB do Brasil, capacidade portuária com viés para a movimentação de commodities (minério de ferro, trigo, enxofre, combustíveis minerais, soja, e produtos siderúrgicos) e, na medida de suas capacidades, apresenta-se como alternativa para produtores, importadores e exportadores escoarem as suas cargas.

A relação dos serviços oferecidos pela CDC encontra-se de acordo com as atribuições conferidas às Autoridades Portuárias pela Lei 12.815/2017, em seus artigos 17, 18 e 19, que buscam assegurar o bom funcionamento do Porto, de modo que as operações portuárias ocorram com segurança, eficiência e regularidade. As atribuições relacionadas à divulgação, promoção e fomento do porto de Fortaleza – Autoridade Portuária encontram-se concentradas nas coordenadorias de Marketing e Comercial. As estratégias mercadológicas têm, como objetivo principal, o foco no desenvolvimento de negócios e na atração de cargas, a fim de elevar seus níveis de movimentação de carga.

A CDC possui um Plano de Negócios, que define as diretrizes e serve de guia para as decisões estratégicas, provendo informações relevantes sobre a situação econômico-financeira da empresa, além da descrição sobre futuros investimentos e gerenciamento de riscos dos projetos da Companhia. Auxilia também no acompanhamento da execução orçamentária e oferece suporte às análises de eventuais revisões do Plano de Dispendios Globais – PDG.

O Plano de Negócios foi desenvolvido dentro de uma visão sistêmica das atividades da CDC, enquanto administradora do porto de Fortaleza, com foco nos seus diversos setores e segmentos. A partir deste contexto foram definidas as estratégias administrativas, comerciais, operacionais e de controle com os respectivos impactos nos demonstrativos financeiros da Companhia.

Em relação ao plano comercial, procuramos identificar as atividades ligadas diretamente ao negócio da CDC que é o de oferecer facilidades de supra e infraestrutura às operações portuárias e eventuais deficiências e limitações existentes na sua prestação. Destacam-se aqui as previsões de movimentação e a questão tarifária.

Para a projeção do resultado econômico financeiro, a CDC continua a levantar e

estabelecer valores com premissas de mercado dentro do atual contexto mercadológico. Além disso, foram detectados os possíveis eventos que poderão impactar no resultado do exercício de 2019.

Todas as projeções, no que pese apresentarem resultados financeiros superavitários para as previsões realista e otimistas, apresentam resultados econômicos deficitários em todos os cenários, o que indica a real e fundamental necessidade da realização de estudos que visem identificar e propor ações que restabeleçam a saúde econômico-financeira da empresa, dentre outras, a promoção de uma reestruturação organizacional, objetivando uma forte redução de despesas e pela identificação de novas oportunidades de negócio dentro de uma agressiva, eficiente e eficaz estratégia mercadológica.

Por meio do Plano de Negócios também é apresentado um diagnóstico da situação atual do Porto de Fortaleza, onde são expostos os cenários e desafios para 2019, assim como a definição de possíveis estratégias e as linhas de ação para superá-los.

Um fator relevante e que impactará significativamente a concorrência entre portos brasileiros reside no novo marco regulatório para o setor portuário, pois com a nova legislação, mais moderna e dinâmica destravar as operações portuárias e assegurará bases jurídicas sólidas à administração pública e à iniciativa privada. A atividade terá a previsibilidade que normalmente reduzirá os riscos, melhorará o ambiente de negócios e abrirá o caminho para novos investimentos. Nesta nova regulamentação, percebe-se um cenário de forte competitividade entre portos públicos e privados no futuro próximo, cuja evolução será melhor alcançada com o aperfeiçoamento dos processos internos e modelo de gestão, fortalecido com a gestão corporativa capitaneada pela SNPTA.

Informa-se, ainda, que os principais produtos movimentados no Porto de Fortaleza foram:

- I. Carga Geral: Frutas – melão, mangas, melancia, uva, banana entre outras Bobinas de Papel, CouroBovino, Arroz, Sal etc.
- II. Granéis Sólidos: Trigo, clínquer, coque de petróleo, enxofre, escoria, fertilizantes.
- III. Graneis Líquidos: Óleo Diesel, Gás Liquefeito de Petróleo, Gasolina, Querosene de Aviação, Óleos Vegetais etc.

As atividades do Porto estão descritas nas tabelas de serviços a seguir:

TABELA I - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PROTEÇÃO E ACESSO
AQUAVIÁRIO (Taxas devidas pelo Armador ou Agente)

As taxas desta Tabela – Remuneram a vantagem que usufruem os navios de encontrarem para seu abrigo e para a realização de suas operações, acesso ao porto, águas tranquilas e Profundas e meios para a execução das operações e recursos para abastecimento.

TABELA II - UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM (Taxas devidas pelo Armador ou Agente)

As taxas desta tabela remuneram as facilidades referentes à utilização das instalações de acostagem para a realização de operações de carregamento ou descarga de mercadorias, abastecimento e recebimento de suprimentos diversos.

TABELA III - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TERRESTRE (Taxas devidas pelo Operador Portuário ou Dono da Mercadoria)

As taxas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura terrestre, mantida pela Administração do Porto, que os requisitantes encontram para acesso e execução de suas operações no Porto, abrangendo: arruamentos, pavimentação, sinalização e iluminação, acessos rododiferroviários, dutos, instalação de combate a incêndio, redes de água e esgoto, segurança do trabalho e meio ambiente, vigilância nas dependências portuárias, bem como os demais recursos necessários para que a Administração Portuária exerça suas atribuições de acordo com os preceitos da Lei 12.815/13.

TABELA IV - SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS (Taxas devidas pelo Dono da Mercadoria ou Requisitante)

As taxas desta tabela são calculadas por tonelada de mercadoria movimentada a partir da embarcação até o portão ou até as instalações de armazenagem do Porto, ou no sentido inverso.

TABELA V - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM (Taxas devidas pelo Dono da Mercadoria ou Requisitante)

As taxas desta tabela remuneram as facilidades e serviços de armazenagem, fiel guarda, conservação e entrega das mercadorias.

TABELA VI - UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS (Taxas devidas pelo Requisitante)

O tempo de utilização dos equipamentos requisitados será calculado a partir do momento de sua apresentação ao serviço até o momento de sua dispensa pelo requisitante, deduzindo-se o período de sua não utilização em decorrência de chuvas ou quebras do equipamento.

TABELA VII - SERVIÇOS DIVERSOS (Taxas devidas pelo Requisitante)

Esta tabela trata-se de Fornecimento de água, através de tubulação, à embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por metro cúbico – custo da água fornecida pela concessionária, acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) a título de taxa de administração. Fornecimento de energia elétrica a embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por kWh – custo da energia trifásica em baixa tensão (220V/380V) para estabelecimentos comerciais, acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) a título de taxa de administração. Recolhimento de lixo proveniente de embarcações, por contêiner – valor cobrado pela empresa contratada acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) a título de taxa de administração. Movimentação de mercadoria armazenada e/ou abertura de volume para vistoria, separação de marca ou para verificação de peso. Carregamento ou descarga de mercadoria de veículo de terceiros, por tonelada. Pesagem de mercadoria carregada em veículo, por tonelada de carga e tara do veículo. Preparação de mercadorias em "pallets" ou sistemas (marinamento) semelhantes, por tonelada. Remoção de contêineres para fins de retirada de amostras e conferencia aduaneira, limpeza ou vistoria e outros fins de interesse do requisitante, por contêiner. Fornecimento de energia elétrica para contêiner refrigerado tipo integrado ou para unidade refrigeradora tipo "CLIP-ON", por dia ou fração. Pelo fornecimento de certidões. Pela consolidação/desconsolidação de contêineres. Embarque, desembarque e/ou transito de Passageiros. Fornecimento de Cartão externo, por unidade. Utilização de áreas, mediante contrato de uso temporário, por metro quadrado, por mês ou fração: (RESOLUÇÃO ANTAQ 2507, DE 11/06/2012) e Serviços diversos não especificados.

CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O processo de formulação do Planejamento Estratégico combina diversas técnicas e ferramentas, para explicitar as dinâmicas econômicas e sociais que influenciam fortemente a ação da Companhia Docas do Ceará e, ainda, apurar a visão das lideranças acerca das prioridades institucionais, posicionamentos estratégicos e rumos para os próximos anos.

MAPA ESTRATÉGICO

A metodologia aplicada no desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Companhia Docas do Ceará consiste no Balanced Scorecard (BSC). O BSC é um sistema de gestão com estrutura formada por quatro perspectivas organizacionais, distintas e balanceadas, conforme a seguir demonstrado:

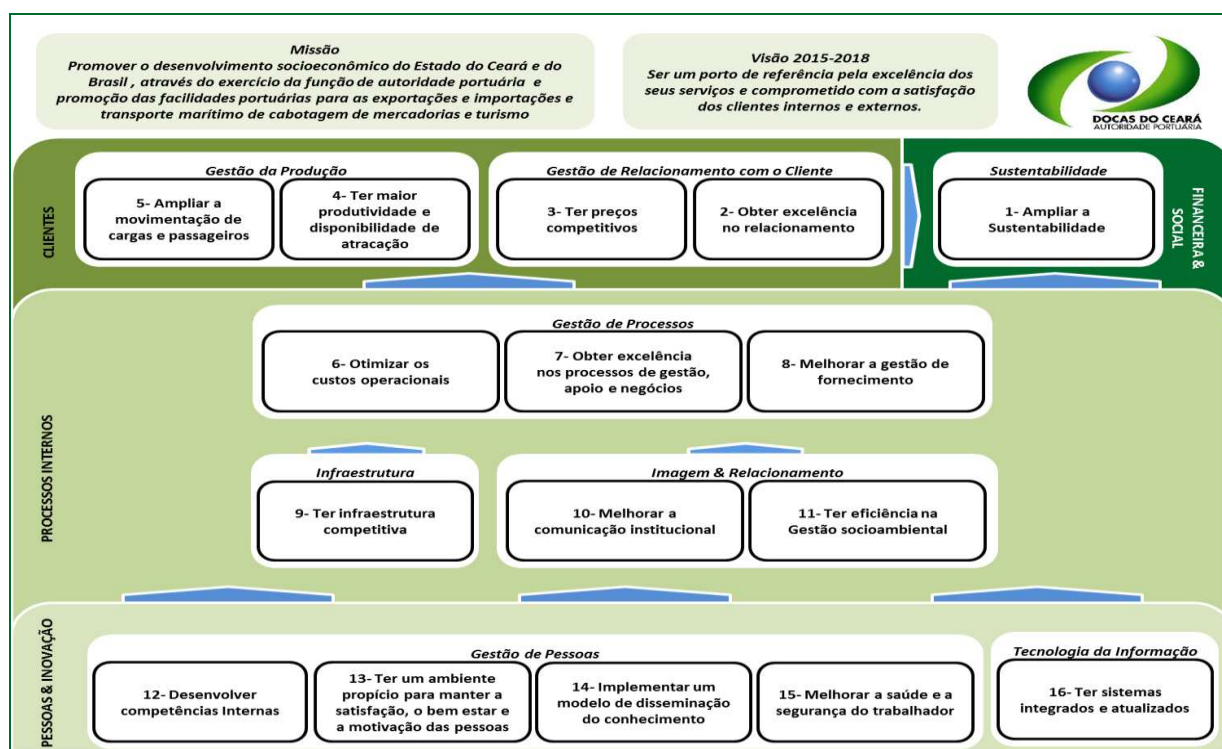


Figura 3: Mapa Estratégico

Fonte:Planejamento Estratégico da CDC

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

OBJETIVO I – Ofertar serviços de qualidade a preços módicos

ESTRATÉGIAS

- Organizar um registro abrangente das demandas dos usuários, com foco nas ações de melhoria para os serviços do Porto;
- Melhorar a compreensão da prestação de serviço, habilidades e responsabilidade dentro da CDC;

- ▶ Implementar e monitorar a prestação de serviços e os resultados dos melhoramentos;
- ▶ Receber e enviar sugestões obtidas por pesquisas e pelas reclamações dos clientes;
- ▶ Melhorar a capacidade interna para atender as demandas de prestação de serviços;
- ▶ Desenvolver iniciativas de melhoramento na capacidade e armazenamento nos pátios e Armazéns;
- ▶ Atuar, junto aos Operadores Portuários e Órgãos Intervenientes, para implementar iniciativas de melhoramento nos custos e na prestação dos serviços.

OBJETIVO II - Assegurar planejamento sólido para todos os aspectos do negócio da CDC, inclusive recursos, serviços e infraestrutura.

ESTRATÉGIAS

- ▶ Assegurar que o planejamento tenha o foco apropriado na sustentabilidade;
- ▶ Identificar iniciativas para expansão e implementação de necessidades adicionais de infraestrutura;
- ▶ Adequar a infraestrutura e serviços do Porto para o tráfego atual e futuro;
- ▶ Buscar oportunidades para melhor desenvolver nossa potencialidade;
- ▶ Elaborar um planejamento através de todas as áreas da CDC;

OBJETIVO III - Promover e facilitar o crescimento das oportunidades de negócios

ESTRATÉGIAS

- ▶ Promover ações para o aumento da movimentação de carga;
- ▶ Atender às expectativas do cliente para suas iniciativas de crescimento;
- ▶ Pesquisar, identificar, compreender e desenvolver oportunidades de negócios através do marketing e da promoção do porto, da sintonia com clientes, agências de governo e indústrias e do monitoramento das tendências nacionais e internacionais;
- ▶ Desenvolver alianças com parceiros relevantes para estratégias e oportunidades de negócios;
- ▶ Determinar e executar iniciativas para a excelência dos serviços prestados. Manter o engajamento proativo da comunidade e partes interessadas.

PRIORIDADES PARA EFETIVAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS:

- Realização do arrendamento do Terminal de Passageiros, de área localizada no Pátio de triagem e no Cais Pesqueiro; Conclusão da implantação do Sistema Operacional para confiabilidade das informações operacionais; elaboração e execução de um Plano Estratégico de Desenvolvimento,

Recursos Humanos e Tecnologia da Informação; desenvolvimento de uma cultura positiva do “pode ser feito”; desenvolvimento e implementação de uma cultura de aprendizado;

A estrutura de Governança da CDC é composta por: Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Diretoria Executiva; Comitê de Auditoria; Comitê de Elegibilidade; Auditoria Interna; Ouvidoria; Comitê de Conformidade e Gerenciamento de Riscos; Comitê de Integridade; Coordenadoria de Controle conforme descrição a seguir:

- **CONSAD:** O Conselho de Administração tem como bases normativas o Estatuto Social e o Regimento Interno da CDC, seu Regimento próprio, bem como a Lei nº 6.404/76. É formado por seis membros e suas atribuições estão elencadas no seu Regimento conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/1-0100-01-regimento-interno-do-consad.pdf>.

- **CONFIS:** O Conselho Fiscal tem como bases normativas o Estatuto Social e o Regimento Interno da CDC, seu Regimento próprio, bem como a Lei nº 6404/76. É formado atualmente por quatro membros e suas atribuições estão elencadas no seu Regimento e o detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/novo-regimento-confis-220219.pdf>.

- **DIREXE:** A Diretoria Executiva é formada por quatro diretorias. É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da CDC em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Suas atribuições estão elencadas no Estatuto Social, o qual pode ser acessado através do link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/novo-estatuto-da-cdc-age-123-080219-alteracao-no-capital-social.pdf>.

- **CÔMITE DE AUDITORIA:** É o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente, o detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/1-0200-01-regimento-interno-da-cdc.pdf>

- **CÔMITE DE ELEGIBILIDADE:** órgão estatutário que auxilia os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais. O detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/1-0200-01-regimento-interno-da-cdc.pdf>

- **AUDITORIA INTERNA:** A Auditoria Interna vincula-se ao Conselho de Administração por disposição estatutária. A Auditoria Interna nas Empresas Estatais foi criada em cumpri-

mento ao Decreto nº 93.216, de 03.09.86, revogado pelo Decreto 3591/2000. O detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/1-0200-01-regimento-interno-da-cdc.pdf>

- **OUVIDORIA:** unidade vinculada diretamente ao Conselho de Administração. O detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/1-0200-01-regimento-interno-da-cdc.pdf>

- **CÔMITE DE CONFORMIDADE E GERENCIAMENTO DE RISCOS:** Tem o compromisso de assegurar que os eventos de riscos inerentes às suas atividades administrativas e operacionais sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados à Administração em tempo adequado para tomada de decisões, minimizando o impacto do risco e/ou explorando melhor as oportunidades, através de seus controles internos e adequada a sua governança de riscos, a fim de alinhar o nível de exposição aos riscos com as diretrizes da CDC.

- **CÔMITE DE INTEGRIDADE:** Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. O detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/03/programa-de-integridade-cdc.pdf>

- **COORDENADORIA DE CONTROLE:** Subordinada diretamente à Diretoria da Presidência, compete elaborar normas de controle para atos da Administração, propondo a atualização, adequação e regulamentação das normas da CDC, bem como a supervisão e monitoramento da política de gestão de riscos da CDC. O detalhamento encontra-se disponível no site da CDC, conforme link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/04/1-0200-01-regimento-interno-da-cdc.pdf>

A estrutura de Governança pode ser visualizada na Figura 1.

INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

A Assembleia Geral é o órgão máximo da CDC, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e é regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. É composta pelos acionistas com direito a voto, sendo instalada e presidida pelo Diretor-Presidente da Companhia ou por seu substituto legal.

Sem prejuízo do disposto no Estatuto Social da CDC, os administradores são submetidos às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Consideram-se administradores os



membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da CDC.

O Conselho de Administração é composto de 6 (seis) membros, a saber: 2 (dois) indicados pelo Ministério da Infraestrutura, 1 (um) indicado pelo Ministério da Economia, 1 (um) representante dos empregados indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária, 1 (um) conselheiro representante da classe empresarial indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária e 1 (um) representante dos acionistas minoritários eleito nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Diretoria-Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, observadas as áreas de atuação.

O Conselho Fiscal é o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. O Conselho Fiscal da CDC é composto por 4 (quatro) membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo 2 (dois) membros efetivos e seus suplentes indicados pelo Ministério de Infraestrutura, 1 (um) membro efetivo e seu suplente representantes dos acionistas minoritários - Governo do Estado do Ceará e 1 (um) membro efetivo e seu suplente, indicados pelo Ministério da Economia, como representantes do Tesouro Nacional.

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A unidade de Auditoria Interna cumpre a finalidade de assessoria sem se confundir com o Controle Interno, trabalhando com independência, ou seja, liberdade de condições para execução de um trabalho imparcial, e objetividade, sendo o trabalho realizado com credibilidade e sem interferências que comprometam sua qualidade.

Não existem subunidades ou unidades descentralizadas pertencentes à Companhia Docas do Ceará. A Auditoria Interna atua somente na Unidade sede. Os trabalhos são realizados atendendo a uma programação, com aplicação das normas e princípios de auditoria, na extensão e profundidade julgadas necessárias, devendo ser considerados os fatores “relevância” ou “materialidade” e “risco” na realização dos exames para formação da opinião e elaboração do relatório.

As ações da Auditoria Interna são desenvolvidas por meio de auditorias nas dependências da Empresa ou onde for necessário, em todas as suas atividades conforme estabelecido no PAINT, bem como de auditorias especiais que forem determinadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal da CDC.

INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

A CDC detém um contrato, cujo objeto consiste na prestação de serviço de auditoria externa, com a empresa AUDIPLAC – AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S, CNPJ nº 41.396.359/0001-07, com sede na Avenida Silva Paulet, nº 769, Aldeota, CEP 60.120-020, iniciado em 2016, tendo sido prorrogado dentro dos prazos previstos na Lei 8.666/93, no valor atual de R\$ 20.153,05. A referida contratação abrange os seguintes serviços: auditoria dos registros contábeis e controles atinentes, formalizados através de Parecer de auditor independente, na sua forma padronizada e legislação em vigor, registrando se as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa no encerramento do exercício, enfim, abrigando todas as práticas contábeis adotadas para o tipo de serviço.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No ano de 2018, a atividade de correção foi desenvolvida de forma instrutiva, ou seja, o representante da CDC foi submetido a treinamento sobre Procedimento Administrativo Disciplinar promovido pela CGU/Brasília, e vem participando de reunião do Comitê Técnico de Correição.

Já foram iniciados os trabalhos de implantação da atividade de correição, com proposta de instituir pessoal capacitado para instruir os processos correicionais abertos na CDC. No momento, os casos que envolvam atos de conduta que infrinjam o Código de Conduta Ética e Integridade Profissional da CDC são apurados por comissão de sindicância específica.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

A Companhia Docas do Ceará não possui um setor específico de correição. Quando ocorridos fatos que devam ser apurados, a Diretoria da Presidência constitui comissão específica para apuração dos fatos.

As denúncias ou apurações que possam ensejar aplicação de medidas administrativas contra danos ao erário são realizadas por comissão de sindicância específica designada pela Diretoria da CDC.

POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.

A Assembleia Geral é o órgão máximo da CDC, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e é regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

A assembleia geral é composta pelos acionistas com direito a voto e será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente da Companhia ou por seu substituto legal.

A CDC não possui representantes em colegiados de outras entidades.

MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

A CDC não faz parte de conglomerado de empresas e sua estrutura de governança da CDC está disponibilizada neste item, além do organograma da CDC (Figura 1).

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE

Não há participação acionária de membros de colegiados na CDC. A participação acionária da CDC é composta por 99,93371% da União, 0,06624% do Governo do Estado do Ceará e 0,00005% de alguns municípios cearenses, conforme quadro constante na página 14.

PRINCIPAIS PONTOS TRATADOS NA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CDC tem disponível em seu site a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, que tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da Companhia Docas do Ceará, no ano de 2019, em atendimento ao interesse coletivo ou no imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos e da divulgação de informações relevantes, em especial à composição acionária, atividades desenvolvidas, estrutura de controles, fatores de risco, metas a serem desenvolvidas, dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa pode ser acessada pelo link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2018/11/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa.pdf>

RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA E DA LAI

O serviço de Ouvidoria da CDC foi instalado em Setembro de 2010, em conformidade ao Termo de Ajuste de Conduta ANTAQ nº 007/2010-SPO e tem por objetivo ampliar o atendimento aos usuários do Porto de Fortaleza com a disponibilização de um canal eficaz de comunicação aos que desejarem se pronunciar sobre as ações do Porto.

Em 2018 a CDC registrou 17 (dezessete) manifestações, sendo:

- 08 (oito) Reclamações, tendo a área respondido e resolvido 08 (oito).
- 05 (cinco) Denúncias, tendo a área respondido e resolvido 05 (cinco).
- 04 (quatro) Solicitações, tendo a área respondido e resolvido 04 (quatro).

O papel da Ouvidoria é oferecer agilidade nas soluções e respostas aos itens apontados pelos usuários para assim contribuir com o bem-servir da Empresa de um modo geral. Para tanto, entre os canais de acesso à Ouvidoria da CDC, destacam-se:

- Presencial: com atendimento em horário comercial, localizado no térreo do prédio da Administração, sala 21;
- Telefone: 85 3266.8828;
- E-mail: ouvidoria@docasdoceara.com.br;
- Site: www.docasdoceara.com.br - com link próprio dentro da página institucional da CDC na Internet;
- e-OUV: Um Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, desenvolvido pela Controladoria- Geral da União (CGU), que através desse sistema o Cidadão pode fazer uma Denúncia, Reclamação, Solicitação, Sugestão ou Elogio. Esse sistema se encontra dentro do Site da Docas: www.docasdoceara.com.br/ouvidoria.
- Urnas de comunicação: instaladas com a oferta de formulários próprios, no Prédio da Administração, no Prédio do Núcleo de Apoio Portuário – NAP e no Prédio do Centro Vocacional Tecnológico – CVT Portuário e no Terminal de Passageiros.

A CDC também dispõe do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação – LAI nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. A LAI dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação ao cidadão. Especificamente o art. 9, inciso I da LAI, refere-se à criação do Serviço de Informação



ao Cidadão – SIC. Esse serviço atende às solicitações dos cidadãos através do e-SIC, sistema unificado, desenvolvido e implantado pela Controladoria da União – CGU.

Através do e-SIC, tendo o cidadão solicitado uma informação da CDC, a mesma toma as devidas providências para a abertura de um processo com a solicitação da informação requerida e encaminhada para a área questionada, esta tem um prazo de até 20 (vinte) dias para responder, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, desde que justificado para o requerente. Caso a CDC não responda ao cidadão, sofre penalidades previstas na Lei de Acesso à Informação.

A CDC tem disponível também em seu site a Carta de Serviço ao Cidadão, que tem como objetivo informar aos usuários, clientes e a sociedade de modo geral os serviços prestados pelos portos administrados pela Companhia Docas do Ceará – CDC, disponível no link: <http://wp.docasdoceara.com.br/pt/files/2019/05/carta-de-servico-ao-cidadao.pdf>.

A ouvidoria tem como propósitos buscar soluções para as demandas dos cidadãos, oferecer informações gerenciais e sugestões ao órgão em que atua, visando ao aprimoramento da prestação do serviço, além de contribuir para a formação de políticas públicas. O canal da ouvidoria anda em conjunto com a Ética, que é constituída de exigências impostas pela sociedade, pelos deveres morais, pelas consequências de atos e reflete a responsabilidade para com a sociedade, com a instituição e com o próprio empregado.

No ano de 2018, a ouvidoria e LAI atenderam todas as suas demandas foram dentro do prazo estabelecido.

Em seu site, www.docasdoceara.com.br, a CDC disponibiliza link para a viabilização do acesso rápido à Lei de Acesso à Informação – LAI. O referido link, automaticamente, redireciona o cidadão/usuário ao endereço <http://sistemas.docasdoceara.com.br/lai>, onde se encontram todas as informações garantidoras da transparência da Gestão Pública aplicada à CDC.

CAPÍTULO 4: GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A CDC reúne uma vasta gama de atividades, que possuem riscos relacionados aos seus processos, tendo como primordial um planejamento estruturado para adereçar esses riscos, de forma a criar e a preservar o valor da entidade.

Para a efetivação do programa de gerenciamento de riscos da CDC, foi criado o Comitê de Riscos, composto por pelo menos um representante de cada diretoria. Na CDC, a referida comissão foi instituída através da Portaria nº14/2015, de 13/05/2015. Após a instituição do Comitê de Riscos, foram realizadas reuniões para identificar a metodologia e discutir pontos sobre as particularidades e realidade da CDC quanto à implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos.

A metodologia de gerenciamento de riscos consiste no framework estabelecido pelo COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, que possui a finalidade de apresentar uma estratégia sólida, capaz de identificar, avaliar e administrar riscos. Devido ao fato de ser uma metodologia amplamente utilizada e difundida, esse método foi o escolhido pela CDC como embasamento do seu programa de riscos.

A proposta do comitê previu o mapeamento dos processos das áreas da CDC, iniciando com as áreas que apresentaram maior potencial de eventos que poderiam incluir situações de impacto na governança da empresa, seguida das demais áreas em segundo momento. A comissão citada definiu que as áreas financeira e de operação seriam as primeiras a serem mapeadas, nas quais foram evidenciados aspectos de identificação das categorias de objetivos da área em termos de governança e seus eventos críticos que impactavam diretamente no gerenciamento do risco. Foi instituído, também, através da Portaria nº 29/2017, de 29/05/2017 o Comitê da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da CDC, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito da CDC e com a finalidade de estabelecer as diretrizes, responsabilidades e princípios a serem observados e seguidos para a gestão da integridade, de riscos e de controles internos nas políticas.

Em relação à sistemática de gestão de riscos, a CDC adota várias medidas de controles: possui uma Coordenadoria de Auditoria Interna e uma Coordenadoria de Controle, a última responsável por instituir rotinas e fluxos, revisão de normativos e cobrança de pendências; possui dois Conselhos (Fiscal e de Administração) atuantes, monitorando e dando sugestões para a melhoria da gestão; e visa ao atendimento às recomendações dos órgãos de Controle e das Auditorias Interna e Externa.



A CDC possui Estatuto Social, Regimento Interno e Organograma adequados às suas atividades e conta ainda com instruções formalizadas através de Normas Internas para fortalecer os atos e procedimentos administrativos e minimizar riscos. Os normativos internos são formalizados, aprovados pela Diretoria Executiva, sofrem atualizações, também aprovadas pela Diretoria Executiva, e estão disponibilizados em intranet ao alcance de todos os empregados da Companhia.

A CDC conta com Comissão de Ética e código aprovado e publicado na intranet da CDC para conhecimento dos empregados. Quanto aos procedimentos de controle, existem quanto à alçada (movimentação de recursos financeiros; autorizações de contratações; conciliações) e à segurança física (controle de acesso; inventários anuais). Com relação à comunicação, a CDC se utiliza de sistemas geradores de Relatórios (Financeiro, Operacional, Contas a Pagar, Pessoal, Patrimônio). Existem ações da área de comunicação da empresa através do site e da intranet para prestar informações sobre o Porto e de interesse do Porto. A intranet da empresa foi reformulada, contendo notícias, informes, informações sobre pessoal (atendendo recomendação da Ciset), dentre outros assuntos de interesse dos seus empregados. As normas internas são publicadas na intranet, dessa forma a comunicação tende a chegar aos mais diversos níveis da empresa. Quanto ao monitoramento, os controles internos são constantemente revistos pela Auditoria Interna e órgãos de controle. As recomendações de controle realizadas pela Auditoria Interna têm sempre o objetivo de eliminar/mitigar os riscos com perdas, desvios e atendimento à legislação e normas.

A CDC dispõe de indicadores de gestão estratégica resultantes do redesenho dos indicadores da Portaria SEP nº 214, aprimorados com a elaboração do seu novo planejamento estratégico. Os indicadores dividem-se nas seguintes categorias: financeira e social; comercial; clientes; processos internos; e pessoas, tecnologia e inovação.

A Companhia Docas do Ceará, no ano de 2018, elaborou o Programa de Gerenciamento de Riscos e iniciou os procedimentos necessários para o mapeamento dos processos de riscos.

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da CDC tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades mínimas a serem observados e seguidos para a gestão de integridade, de riscos e de controles internos do plano estratégico, programas, projetos e processos da CDC.

Para fins desta Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, considera-se risco a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento das metas e objetivos da CDC. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

TIPOS DE RISCOS

Estratégicos (eventos que podem interferir nas metas gerenciais no nível mais elevado da CDC, os quais estão alinhados ao apoio da Missão da CDC). Ex. Deixar de fazer balancete ou balanço anual da empresa, aplicação financeira em instituições com baixos juros, pagamento de taxas excessivas por movimentação financeira.

Operacionais (eventos que podem interferir na execução das metas gerenciais da área, sendo relativas à utilização eficaz e eficiente de recursos humanos e/ou de equipamentos/outros recursos envolvidos no processo) Ex. Falta de conexão de rede, equipamentos obsoletos, pessoal com habilidades operacionais restritas por falta de treinamentos específicos a área;

Comunicação (eventos que podem interferir na execução das metas gerenciais da área, relativas à confiabilidade, integridade, rastreabilidade, disponibilidade, valor das informações utilizadas nos processos gerenciais da área).

-Integridade – a informação é atual, completa e mantida por pessoas autorizadas.

-Disponibilidade - a informação está sempre disponível quando necessária ao pessoal autorizado.

-Confidencialidade – a informação só é acessada pelos indivíduos autorizados.

-Valor – a informação tem um alto valor para a organização.

-Rastreabilidade- a informação tem como ser mapeada da origem ao destino final. Ex. relatórios imprecisos; falta de dados, prazo de entrega não atendido.

Conformidade/Compliance (eventos que podem interferir na execução das metas gerenciais da área, relativas ao não atendimento à legislação vigente/pertinente. Ex. legislação atual não atendida no relatório gerencial da área, falta de informação de legislação atualizada, prazo de atendimento legal não atendido, tempo de elaboração dos relatórios curto.

DO MODELO DA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A operacionalização da Gestão de Riscos e Controles Internos será descrita pelo Gerenciamento de Riscos, que contemplará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - entendimento do contexto: etapa em que são identificados os objetivos relacionados ao processo organizacional e definidos os contextos externo e interno a serem levados em consideração ao gerenciar riscos;

II - identificação de riscos: etapa em que são identificados possíveis riscos para objetivos associados aos processos organizacionais;

III - análise de riscos: etapa em que são identificadas as possíveis causas e consequências

do risco;

IV - avaliação de riscos: etapa em que são estimados os níveis dos riscos identificados;

V - priorização de riscos: etapa em que são definidos quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior;

VI - definição de respostas aos riscos: etapa em que são definidas as respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido para os processos organizacionais, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas;

VII - atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos;

VIII - informação e comunicação: informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e conexões externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos, de modo que todos os servidores recebam mensagem clara da alta administração sobre as responsabilidades de cada agente. A CDC deve comunicar as informações necessárias ao alcance dos seus objetivos para todas as partes interessadas;

IX - monitoramento: tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos, podendo ser: a) de natureza contínua da organização: inclui a administração e as atividades de supervisão e outras ações que os servidores executam ao cumprir suas responsabilidades; b) avaliações específicas: são realizadas com base em métodos e procedimentos predefinidos, cuja abrangência e frequência dependerão da avaliação de risco e da eficácia dos procedimentos de monitoramento contínuo.



Os gestores de risco são os responsáveis pela avaliação dos riscos no âmbito das unidades, processos e atividades que lhes são afetos. A instância superior da governança de gestão de riscos da CDC deve avaliar os riscos no âmbito da organização, desenvolvendo uma visão de riscos de forma consolidada. O Gerenciamento de Gestão de Riscos contemplará critérios predefinidos de avaliação.

DETALHAMENTO INDIVIDUALIZADO DOS PRINCIPAIS RISCOS E DA RESPOSTA A CADA UM DELES

A CDC elaborou, no fim de 2018, o seu Programa de Gerenciamento de Riscos, e a partir de 2019 terá o detalhamento individualizado dos principais riscos de cada área.

AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE E ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

A Coordenadoria Jurídica da CDC é a responsável pelo acompanhamento e controle das demandas judiciais em que figura como parte a Companhia Docas do Ceará.

Conta com uma estrutura interna composta de cinco advogados e uma coordenadora, também advogada.

Quanto às ações trabalhistas contra a entidade, a CDC com posição em 31/12/2018, possuía 70 reclamações trabalhistas ativas. Já no âmbito cível, em 31/12/2018, a CDC possuía 185 ações, sendo 50 figurando como ré e 135 como autora. No pólo ativo, a maioria das ações referem-se às cobranças de serviços portuários de clientes inadimplentes.

Trimestralmente, a Coordenadoria Jurídica envia relatório para o setor financeiro da Companhia, contendo, dentre outras informações, os prognósticos das ações (provável, possível e remota chance de perder) para que a CDC provisione contabilmente seu passivo e se prepare adequadamente para o futuro.

Como mecanismos de controles das demandas judiciais atualmente existe um acompanhamento através de informativos acerca das publicações em diários de justiça, garantindo o cumprimento dos prazos legais pela CDC, bem como através de sistema próprio da CDC onde a Coordenadoria Jurídica concentra todas as ações judiciais da CDC, com seus dados, sendo as ações atualizadas automaticamente através dos push's dos Tribunais, o que garante um ganho de



tempo no atendimento aos prazos processuais, antecipando-se até mesmo às publicações oficiais. Referido sistema também gera os relatórios necessários ao acompanhamento e controle das ações.

CAPÍTULO 5: RESULTADOS DA GESTÃO

Em relação ao atendimento das mestas do Plano de Negócio, o mesmo foi aprovado na 522ª Reunião Ordinária do CONSAD, realizada em 17/12/2018, com início de vigência a partir de janeiro de 2019, tudo em conformidade com a Lei 13.303/16.

AS PRINCIPAIS AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS DA CADEIA DE VALOR DA CDC EM 2018 FORAM:

ADEQUAÇÃO DAS DEFENSAS MARÍTIMAS NO PORTO DE FORTALEZA:

Devido ao desgaste natural das defensas do porto pelo uso, o qual gerou grandes reclamações dos usuários do Porto de Fortaleza, foi realizada pela CDC a adequação das defensas marítimas, de forma a atender às necessidades de operação segura dos navios mercantes nos berços e no Píer Petroleiro da CDC, melhorando a atracação e desatracação.

Foi gasto, em 2018, o valor de R\$ 1.018.473,00, recurso este oriundo da União – Investimentos DEMAIS.

OBRAS E SERVIÇOS PARA O ALFANDEGAMENTO DO PORTO DE FORTALEZA:

A CDC concluiu, em 2018, o sistema de reconhecimento de placas automotivas e códigos de contêiner - LPR/CCR, através de reconhecimento óptico de caracteres (OCR – Optical Character Recognition).

A implantação do OCR foi necessária para atender às exigências do processo de alfandegamento do Porto de Fortaleza, o qual está sendo analisado pela RFB, conforme auto de infração da Receita Federal – Processo nº 11.131.721.422/2014.

Esta expansão contemplou as seguintes áreas: entrada e saída do portão principal da área operacional da CDC, balança de oitenta toneladas e de cem toneladas e scaneamento de contêiner. Outro projeto a ser contemplado é a possibilidade da integração com o projeto “Cadeia Logística Inteligente” ou “Carga Inteligente” os quais tem a finalidade de reduzir as filas de caminhões que se formam no entorno dos Portos Brasileiros, terminais portuários e retroportuários. O projeto, desenvolvido pela SEP em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – LABTRANS UFSC, faz parte do PNLP (Plano Nacional de Logística Portuária), do governo federal, e consiste no uso de tecnologias de rastreamento de cargas para aumentar a eficiência logística dos portos. O projeto Carga Inteligente faz parte do projeto Porto Sem Papel, que trata hoje da estadia das embarcações, fornecendo informações antecipadas aos órgãos anuentes (Anvisa e Alfândega, por exemplo), de forma eletrônica. O sistema de controle de cargas deve resolver os problemas com o agendamento desordenado de entradas e saídas dos terminais, ou seja, a puxada da carga somente



dos caminhões que estiveram autorizados a acessar o porto.

A Implantação foi finalizada em dezembro de 2018, com valor gasto de R\$ 1.350.000,00, recursos de investimentos (PAC) oriundos da União.

DRAGAGEM DO BERÇO DO NOVO TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS - TMP

Em 2018, após aprovação de emendas parlamentares Cearenses, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil através da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários realizou a Dragagem do Berço do Terminal Marítimo de Passageiros, passando seu calado de -3,00m à quota de -12,7m (menos doze vírgula sete metros).

Essa Dragagem proporciona a atracação de Navios Transatlânticos no berço do TMP, bem como de navios de contêiner e com cargas limpas.

Foram gastos, em 2018, o valor aproximado de R\$ 25.000.000,00, todo custeado e pago pela SNPTA juntamente com o extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS, PROGRESSOS EM RELAÇÃO À META ESTABELECIDADA E IMPACTO OBSERVADO, COM USO DE INDICADORES (INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS)

A Companhia Docas do Ceará - CDC, através de sua Diretoria, reuniu-se em 21/07/2015, para a apresentação do trabalho concluso do Planejamento Estratégico, do Mapa Estratégico e dos Indicadores Estratégicos de Desempenho, resultantes de contratação celebrada através do Processo nº 20140700, tendo como contratado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SC.

Os indicadores são ferramentas básicas para o gerenciamento do sistema organizacional e as informações auferidas são essenciais para o processo de tomada de decisão. São instrumentos de gestão necessários às atividades de monitoramento e avaliações das organizações, assim como seus projetos, programas e políticas, pois permite acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança, dentre outros.

O indicador é definido como valor quantitativo realizado ao longo do tempo (uma função estatística) que permite obter informações sobre características, atributos e resultados de um produto ou serviço, sistema ou processo.

Pode-se dizer que os indicadores possuem, basicamente, duas funções:

- A primeira é descrever por meio da geração de informações o estado real dos aconteci-

mentos e seu comportamento;

- A segunda é de caráter valorativo que consiste em analisar as informações presentes com base nas anteriores de forma a realizar proposições valorativas.

Em face da elaboração do Planejamento Estratégico (2015 - 2018) da CDC, ato contínuo, se deu a implantação do acompanhamento dos Indicadores Estratégicos de Desempenho, para composição de série histórica, com índices distribuídos em Financeiro e Social; Clientes; Processos Internos; Pessoal, Tecnologia e Inovação. Para o exercício de 2016, foi atribuída meta a ser alcançada diante do resultado obtido em 2015, visando o acompanhamento da evolução dos resultados e o gerenciamento da Gestão.

Estes indicadores geraram informações importantes da gestão quanto aos resultados atingidos, podendo assim ser analisados os itens que não obtiveram metas alcançadas para que sejam distribuídos esforços para melhorias.

A CDC teve como resultado destes indicadores uma melhor gestão nos seus processos finalísticos (operacionais), financeiro e orçamentário, tendo em alguns indicadores um não atingimento das metas, mas não por falta de esforços, mas sim pela sazonalidade de alguns serviços em 2018, não impactando no seu planejamento total de 2018.

Entre os indicadores de perspectiva financeira e social, destacam-se por exemplo: Comprometimento das Despesas Operacionais; Execução do Orçamento de Investimento; Inadimplência das Contas a pagar; Margem EBITDA; Inadimplência de Contas a Receber e Qualidade no Faturamento.

INDICADORES	POLARIDADE	METAS	REALIZADO ATÉ DEZEMBRO 2018
Comprometimento Despesas Operacionais	Menor Melhor	145,24	129,37
Execução Orçamento de Investimento	Maior Melhor	59,85	26,31
Inadimplência Contas a Pagar	Menor Melhor	0	19,41
Margem EBITDA	Maior Melhor	-19,68	2,19
Qualidade do Faturamento	Menor Melhor	0,59	0,88

Quadro 3: Principais Indicadores de Gestão Estratégica

Em observância ao indicador de Execução Orçamento de investimento não foram repassados pela União todos valores aprovados no orçamento de investimento para 2018, por isso a baixa execução orçamentária, obtendo-se o percentual inferior a meta esboçada.

O não atingimento da meta de Inadimplência Contas a Pagar deve-se ao baixo fluxo de caixa e ao aumento das despesas, ocasionando um prejuízo acumulado na CDC.

Quanto à Qualidade do Faturamento, houve aumento nos estornos em decorrência de inconsistências nas informações de cobrança, além de uma redução na quantidade de faturas emitidas.

CAUSAS/IMPEDIMENTOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS E MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO (JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO E MONITORAMENTO DE METAS NÃO ALCANÇADAS)

Em 2018 a CDC não atingiu algumas metas estipuladas no Planejamento Estratégico, dentre elas pode-se citar: despesas operacionais, execuções orçamentárias, inadimplência contas a pagar e qualidade do faturamento, tendo como causas/impedimentos os seguintes fatos:

- Despesas operacionais: Aumento de serviços necessários conclusão de alfandegamento e manutenção da infraestrutura do Porto.
- Execuções orçamentárias: Não liberação de todos os recursos pelo Ministério aprovados no orçamento de 2018, apesar de todos os esforços realizados pela CDC junto a SNPTA para a liberação dos recursos.
- Inadimplência contas a pagar: baixo fluxo de caixa e ao aumento das despesas, ocasionando um prejuízo acumulado na CDC.
- Qualidade do Faturamento: devido ao aumento nos estornos em decorrência de inconsistências nas informações de cobrança, além de uma redução na quantidade de faturas emitidas.

DESAFIOS E INCERTEZAS QUE A UPC PROVAVELMENTE ENFRENTARÁ AO PERSEGUIR O SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PERSPECTIVA) E POTENCIAIS IMPLICAÇÕES PARA O SEU MODELO DE NEGÓCIOS (OU CADEIA DE VALOR) E DESEMPENHO FUTURO.

O ano de 2018 foi marcado por muitos desafios, tais como o baixo crescimento econômico do país, aliado ao ambiente de indefinições políticas e a greve nacional de caminhoneiros, que repercutiram na movimentação portuária, consequentemente impactaram os resultados negativamente. Mesmo dentro deste cenário, os resultados da Companhia, tanto econômico como financeiro, superaram os resultados do exercício de 2017.

A CDC tem como desafios para 2019 ampliar sua sustentabilidade, obter excelência no seu relacionamento com seus clientes e preços competitivos, ter maior produtividade e disponibi-

lidade de atracação, otimizar os custos operacionais, obter excelência nos processos de gestão, apoio e negócios, melhorar a gestão de fornecimento e ter infraestrutura competitiva.

Para a CDC enfrentar os desafios acima expostos, será necessário melhoria na sua gestão operacional e financeira, além da colaboração do Ministério da Infraestrutura e da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários em relação as tarifas portuárias, a liberação de recursos de investimento e autorizações de licitações para arrendamento e cessão de áreas onerosas. Bem como o atingimento das metas do Plano de Negócios e do Planejamento Estratégico, planos estes que tem como objetivo servir como um guia para as decisões estratégicas da empresa, provendo informações relevantes sobre suas decisões quanto aos seus desafios, e por fim um acompanhamento do gerenciamento de riscos dos projetos e gestão da CDC.

CAPÍTULO 6: ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A CDC reúne uma vasta gama de atividades, que possuem riscos relacionados aos seus processos. É primordial que haja um planejamento estruturado para adereçar esses riscos, de forma a criar e preservar o valor da entidade, evitando assim aplicação de multas pelos órgãos de fiscalização do Porto, tais como: Receita Federal, Anvisa, Ministério da Agricultura, Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Capitânia dos Portos e ANTAQ.

Com base no propósito estabelecido na Missão e Visão da Companhia Docas do Ceará, a execução da Gestão Estratégica apoia se em:

- Assegurar os recursos necessários para o crescimento da Instituição, fortalecendo a atuação, a manutenção de sua relevância e a ampliação da sustentabilidade, criando as melhores condições para exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Ceará. Buscar o alinhamento dos processos de trabalho relacionados ao planejamento, orçamento, finanças, monitoramento, avaliação e controle, subsidiando a melhor alocação de recursos e o acompanhamento do andamento e dos resultados produzidos pelas ações e a reorientação da ação institucional, a alocação de recursos e a gestão de restrições, com especial atenção para os programas prioritários da Companhia Docas do Ceará.

- Implementar políticas de excelência no relacionamento que primem pelo equilíbrio entre a atração, satisfação e fidelização de clientes. O objetivo será consumado pelo desenvolvimento da capacidade de empreender as melhores práticas para fidelização, conciliadas com as melhores práticas para atração de novos clientes.

- Assegurar a excelência dos serviços prestados, atuando de forma rentável, agregando valor ao negócio dos clientes, explorando o entendimento e o comportamento do mercado, da concorrência e da própria Companhia Docas do Ceará, além de identificar as oportunidades e ameaças para o negócio, conciliando preços competitivos a elevados padrões de qualidade e excelência.

- Maximizar a utilização do cais aumentando a rotatividade com a oferta de mais berços disponíveis, atuando de forma rentável, agregando valor ao negócio da Companhia Docas do Ceará e dos clientes pela otimização, economicidade, eficácia e eficiência das operações portuárias.

- Ampliar a movimentação de cargas e passageiros, priorizando ações de planejamento e controle das operações portuárias que possam produzir maior impacto sobre a competitividade da Companhia Docas do Ceará com base nos seguintes propósitos:

- Articular as competências das áreas de gestão, apoio e negócios para o atendimento das de-

mandas dos clientes;

- Enfatizar soluções flexíveis que otimizem a utilização e a disponibilidade do cais e dos berços;
- Oferecer atendimento em escala, priorizando o desenvolvimento e a oferta de soluções que apresentem um maior retorno quantitativo.

- Realizar a gestão dos processos de forma a assegurar a oferta de serviços pertinentes, de excelência e a “custos competitivos”, quando comparados com os de organizações que realizam atividades da mesma natureza.

- Implementar processos que intensifiquem a sistematização de rotinas que repercutam na produção, disseminação de conhecimentos com o objetivo de criar um ambiente favorável para a inovação e que sejam capazes de impactar positivamente na gestão organizacional, na produtividade, na competitividade da instituição e em sua prestação de serviços frente à sua missão.

- Desenvolver as melhores práticas de gestão da cadeia de suprimentos que viabilizem o aumento do rendimento de todas as etapas logísticas que levam até a satisfação do cliente final, sendo, planejamento do equilíbrio entre oferta e previsão de demanda, seleção e relacionamento com fornecedores críticos para o negócio.

- Promover o planejamento, acompanhamento da produção e controle de recursos e do desempenho, buscando a otimização, economicidade, eficácia e eficiência dos serviços portuários e das operações portuárias que possam gerar diferenciais competitivos para a Companhia Docas do Ceará.

- Maximizar a atuação pela formação de redes relacionamento, criando canais de diálogo, debate e proposição de ações que intensifiquem o contato com as partes interessadas ampliando o entendimento dos públicos interno e externo, aprimorando as práticas de gestão do relacionamento com os clientes, potencializando a capacidade da Companhia Docas do Ceará de captar, compreender e antecipar as demandas atuais e futuras, de forma a conceber e a formatar produtos e serviços com alto nível de aderência às necessidades e as expectativas dos clientes e mercados atuais e buscar de forma proativa, desenvolver novos horizontes para o crescimento futuro.

- Promover ações voltadas para a prática de responsabilidade socioambiental e a otimização de recursos que impactam diretamente na diminuição das despesas operacionais da Companhia Docas do Ceará, resguardando a Instituição quanto a sanções e processos por dano ambiental que possam impactar financeiramente e em sua imagem.

- Identificar, antecipar e desenvolver as competências necessárias que viabilizem o atendimento das prioridades estratégicas e institucionais.

- Promover políticas e práticas que motivem as pessoas com o propósito de superar desa-

fios e a ultrapassar, permanentemente, desempenhos anteriores. Nesse sentido, as ações abaixo assumem importância de políticas estruturantes a serem empreendidas:

- Atualização profissional, trajetórias, reconhecimento e oportunidades de crescimento profissional;
- Priorização da identificação e do desenvolvimento de talentos;
- Desenvolvimento e aprimoramento das lideranças para superar os grandes desafios do setor portuário brasileiro.

- Promover processos de gestão e disseminação do conhecimento que visem identificar, maximizar e compartilhar os conhecimentos estrategicamente relevantes para a atuação portuária, desempenho superior e para tomada de decisões.

- Promover a valorização das pessoas com a ampliação de sua qualidade de vida, melhoria dos ambientes de trabalho e consequentemente do clima organizacional.

- Priorizar ações com o propósito de assegurar que a infraestrutura de tecnologia de Informação e comunicação adequada racionalize e garanta a viabilidade dos processos de gestão, apoio e de negócios visando gerar informações integradas e estruturadas para apoiar a execução da estratégia.

A CDC não possui um setor específico de correição. Quando ocorridos fatos que devam ser apurados, a DIRPRE constitui Comissão específica para apuração dos fatos.

A previsão da figura da sindicância se encontra prevista no seu Regulamento Interno de Pessoal, item VI.6.

Existe, ainda, uma Comissão de Ética, constituída por empregados da CDC, a quem compete analisar as ocorrências de descumprimento do Código de Conduta e decidir pela abertura de processo de apuração ética.

A CDC hoje recebe somente recursos da UNIÃO para investimento, estes já contemplados para ações específicas e que são controlados pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico juntamente com o Ministério da Infraestrutura e o Ministério do Planejamento, sendo o Orçamento auditado anualmente pela Auditoria Interna da CDC.

Mensalmente, é informada a execução destes programas no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento da União e no SIEST – Sistema de Informações das Estatais e aos Conselhos de Administração e Fiscal da CDC.

A CODPLA, anualmente (mês de maio), envia à SNPTA solicitações de recursos de investimento para o ano seguinte, com novas ações, visando sempre à melhoria e competitividade do Porto.

A CODJUR envia mensalmente à Coordenadoria de Planejamento um relatório, contendo os depósitos judiciais, tendo em vista a ausência de depósitos extrajudiciais. O referido relatório é incluído no relatório gerencial apresentado também mensalmente aos Conselhos da CDC (Administração e Fiscal).

Por ser uma empresa pública, a CDC não emite precatórios, suas dívidas são pagas diretamente da sua conta corrente.

GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

Quando há aplicação de multas em decorrência de fiscalização, a Diretoria Executiva da CDC cria comissão específica para apuração de possíveis responsabilidades.

RENÚNCIA DE RECEITAS

A CDC tem como prática celebrar Contratos Operacionais com incentivos na armazenagem (isenções e descontos) visando a igualdade de oportunidades a todos os usuários do Porto de Fortaleza independentemente dos segmentos, a atração e agregação de cargas e o incremento da ação operacional e comercial, buscando levar sempre em consideração os casos de condição crítica de perda de carga e/ou volume, perspectivas de novas cargas e representatividade entre as cargas movimentadas.

Esses incentivos são vantajosos para a CDC, pois visa única e exclusivamente a geração de novas receitas e a continuidade das cargas armazenadas no Porto.

INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTE NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL.

A Companhia Docas do Ceará figura no pólo passivo em algumas ações judiciais, no entanto não tem qualquer ação indenizatória a cliente no âmbito judicial.

GESTÃO DE PESSOAS

A Coordenadoria de Recursos Humanos da CDC atua no controle de treinamentos, estagiários/aprendizes e demais subsistemas de RH, à luz da legislação trabalhista, do Regulamento Interno de Pessoal, do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e do Plano de Funções e de Gratificações Técnicas.

Dentre outras atribuições, compete a esta área:

- acompanhar e fiscalizar os serviços contratados pertinentes a sua área de atuação;
- praticar atos de pessoal em consonância com as diretrizes estabelecidas, no que se refere à proposição de posicionamento de funções gratificadas, colaboração nos processos de recrutamento e seleção e controle de frequência;
- realizar a avaliação de desempenho, com vistas a promoções e/ou readaptações;
- representar a CDC nas negociações sindicais;
- acompanhar a execução e a atualização do Programa de Treinamento;
- elaborar Folha de Pagamento, encargos sociais e demais informações da área de Recursos Humanos;
- executar, acompanhar e controlar todo o ingresso, permanência e desligamento de estagiários e aprendizes;
- executar tarefas relacionadas à manutenção e atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da CDC;
- registrar e manter atualizado cadastro de informações funcionais de cada Empregado;
- emitir relatórios gerenciais de movimentações da área de RH, conforme a demanda;
- coordenar as atividades de seleção, admissão, registro, dispensa, acompanhamento funcional, pagamento, assistência médico-social e concessão de benefícios;
- prestar todo assessoramento necessário aos Conselhos da CDC;
- cumprir e fazer cumprir o Regulamento do Porto;
- assessorar a Diretoria da CDC, quando solicitado, quanto às decisões importantes a serem tomadas pela Empresa;
- propor à Direção melhorias tecnológicas, operacionais e estruturais, a fim de contribuir para o desempenho de forma eficiente e eficaz da atividade portuária, conforme a sua área de atuação;
- realizar outras atividades conforme a necessidade da Companhia.

Foram alocados recursos para os seguintes contratos afetos a esta Coordenadoria:

Vigência	Contrato	Objeto	Valor Global
18/01/2018 a 17/01/2019	Ente Tecnologia	Sistema de Folha, Pátrio e Contabil	R\$ 15.373,44
17/01/2018 a 16/01/2019	Fortes Tecnologia	Manutenção Banco de Dados	R\$ 9.840,00
17/01/2018 a 16/01/2019	Fortes Tecnologia	Manutenção Ponto	R\$ 4.798,56
01/02/2018 a 31/01/2019	Contribuição Institucional- CIEE	Estagiários	R\$ 15.312,00
01/02/2018 a 31/01/2019	HapVida Saúde	Plano de Saúde	R\$ 2.792.590,94
09/03/2018 a 08/03/2019	HapVida Odonto	Plano Odontológico	R\$ 33.651,20
27/03/2018 a 26/03/2019	Ethernus - Coletivo	Plano Funerário	R\$ 9.873,60
29/03/2018 a 28/03/2019	Aprendiz - Mensal	Programa Jovem Aprendiz	R\$ 97.514,76
02/06/2018 a 01/06/2019	Sodexo	Vale Alimentação	R\$ 1.807.274,01
22/06/2018 a 21/06/2019	Sindiônibus	Vale Transporte	R\$ 55.641,60
04/07/2018 a 03/07/2019	Seguro de Vida	Seguro de Vida	R\$ 126.818,16
19/10/2018 a 19/10/2019	Certificado Digital	Certificado Digital	R\$ 156,00
			R\$ 4.968.844,27

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

Conforme disposto no Estatuto Social da CDC, em seu art. 13, VI, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Em atendimento ao Decreto 9.035/2017, Art. 41º, I e VI, compete à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), manifestar-se sobre a remuneração e participação nos lucros dos Diretores. E, com o intuito de preservar a lógica hierárquica que rege as estatais, impedindo que diretores ganhem menos que empregados, o valor é calculado de acordo com o Decreto-Lei 2.355/87.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal obedece ao que diz a Lei nº 9.292/96: “Art. 1º A remuneração mensal devida aos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

A Companhia Docas do Ceará em atendimento ao disposto no Ofício Circular nº 390/2017-MP, elaborou para manifestação do CONSAD desta CDC e posterior encaminhamento à Secretaria de Políticas Portuárias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a proposta do programa de Remuneração Variável Anual – RVA, da Diretoria Colegiada da CDC.

Trata-se da distribuição da parcela prevista pelo atendimento das metas definidas neste programa. O referido Programa busca influenciar de forma objetiva o planejamento da empresa vinculando a gestão, em busca da excelência na prestação dos serviços.

A presente proposta tem como objetivo principal dar continuidade a política efetiva de gestão participativa, possibilitando, como reconhecimento, a concessão de incentivo à Diretoria

Colegiada, enquanto responsável pela condução da estratégia da gestão, em conformidade com a legislação vigente, reconhecendo assim o desempenho e os resultados alcançados pela Empresa. Tal benefício não abrange Conselhos nem empregados.

Com sua execução, espera-se melhorar a gestão da Companhia Docas do Ceará, dando continuidade às ações que disciplinam e estabelecem as diretrizes corporativas onde as verificações são realizadas através de indicadores de desempenho corporativo, de colegiado e de unidade de negócios.

O pagamento da Remuneração Variável Anual está vinculado:

- Aos Diretores da CDC, na proporção do tempo trabalhado no exercício;
- O montante máximo a ser recebido por cada diretor é composto por 01 honorário, onde as parcelas a serem pagas (à vista e diferidas) estão vinculadas ao honorário mensal vigente na data do pagamento;
- Em atingir pelo menos 80% (oitenta por cento) da meta total estabelecida;
- A existência de Lucro;
- Em atingir no mínimo em 50% do indicador, Fluxo de Caixa Operacional/EBITDA;
- O valor financeiro pago a toda Diretoria fica limitado a 8,67% do lucro líquido do Exercício;
- A efetiva distribuição de PLR aos empregados.

POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

O Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - PPLR é a distribuição de parcela de Lucro Líquido da empresa destinada aos seus empregados, como fator fundamental para uma melhor integração da relação capital/trabalho.

A implantação do PPLR ocorrerá após aprovação pela SEST e influenciará positivamente na melhoria da condição social, através da motivação à produtividade, com foco na lucratividade e na qualidade dos serviços disponibilizados à sociedade e aos usuários do Porto de Fortaleza administrado pela Companhia Docas do Ceará - CDC.

A Comissão instituída pela Portaria (E) nº 043/2015, datada de 15/07/2015, elaborou a proposta que se segue de pactuação das condições de participação dos Empregados da CDC nos lucros ou resultados da Empresa, a serem observadas no Exercício de 2018, em conformidade a

fundamentação legal disposta no Item 4 deste documento, assim como ao que estabelece ainda o Ofício nº 58354/2017-MP, de 02 de agosto de 2017.

O PPLR terá proporcionalidade ao tempo de trabalho dentro do período de verificação e ao montante disponível para distribuição. Para o cálculo da parcela que será recebida, considera-se 1/12 (um doze avos) para um período mínimo de 15 (quinze) dias efetivamente trabalhados no mês.

O montante correspondente ao PPLR será pago aos empregados em parcela única, dado o exercício findo, após aprovação da Diretoria Executiva - DIREXE e do Conselho de Administração - CONSAD, e pagamento dos dividendos aos acionistas. Os incentivos fiscais, no que concerne a tributação do Imposto de Renda, serão em conformidade ao que reza a Lei nº 10.101/2000, em seu art. 3º.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A CDC possui um Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, o qual contém a regulamentação, no âmbito da Companhia Docas do Ceará, das normas de licitação e de contratação previstas na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, sendo aplicado e interpretado em conjunto com a referida lei.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), cujos membros são formalmente designados pelo Diretor Presidente, tem as funções de, dentre outras, receber documentos, elaborar editais, processar e julgar as licitações.

A CPL possui atualmente um Presidente (Pregoeiro), uma assistente e dois estagiários. Possui um sistema para divulgação das licitações, sendo que os certames, se Pregão Eletrônico, são realizados através do sistema do Banco do Brasil “licitacoes-e”, conforme contrato assinado entre a CDC e o BB.

A gestão de contratos pela CDC é realizada de forma sistêmica, através dos seguintes profissionais que compõem a fiscalização: Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo Financeiro e Fiscal Requisitante. Todos os procedimentos de gestão e fiscalização são realizados com base na legislação vigente.

Existe um controle de acompanhamento de pagamento e de controle de contratos, através de sistemas implantados (Sistema de Contratos da CDC e o SIASG), que auxiliam a CDC no gerenciamento completo dos contratos.

A CDC gastou, em 2018, o valor de R\$ 312.243,00 (trezentos e doze mil e duzentos e

quarenta e três reais) em Publicações exigidas por Lei, tais como: Atas, Editais, Demonstrações Financeiras, Avisos etc. indispensáveis ao funcionamento da empresa.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

A CDC, tem como finalidade a administração do Porto de Fortaleza, situado na capital do Estado Ceará e do Porto de Camocim, localizado na cidade de mesmo nome.

PORTO DE FORTALEZA

Organizado, na forma da Lei nº 12.815/2013, o Porto de Fortaleza está enquadrado na categoria de porto multiuso, podendo prestar serviços nas operações de quaisquer tipos de carga, citando-se:

- Petróleo, gasolina, óleo diesel, álcool, óleos vegetais;
- Trigo, fertilizantes, minérios;
- Contêineres;
- Carga geral solta (*break bulk*);
- Cargas de projetos (aerogeradores, máquinas para indústrias); e
- Outras.

A operação de cada carga necessita de infraestrutura adequada e, em regular funcionamento, visando a atender as demandas do Porto, o mesmo contempla um Cais Comercial com 1.466 m, sendo que sua utilização operacional exclui o berço denominado de 101, devido à sua pequena profundidade, este sendo apenas utilizado pela Polícia Federal para atracação de barcos de fiscalização, sem remuneração para a CDC. Quanto ao Berço 106, apesar de dragado, ainda está em preparativos finais para receber navios mercantes. O Cais Comercial da CDC conta com 05 (cinco) Berços de atracação.

GESTÃO OPERACIONAL

A CODGEP é a responsável por administrar os trabalhos de atracação dos navios e armazenagem de mercadorias.

Para armazenagem, a CDC dispõe de 06 (seis) Armazéns, sendo que dois desses estão arrendados a terceiros, e conta ainda com área superior a 10 hectares destinada às armazenagens gerais.

As cargas são depositadas nos Pátios e Armazéns por Operadores Portuários, cabendo à CDC a fiscalização das operações e aplicação de responsabilidades às empresas operadoras, no

sentido de recuperarem, em tempo hábil, quaisquer danos que venham a ser produzidos nos bens do porto.

MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO

Quanto às manutenções civil, mecânica e elétrica, a CDC mantém contratos com empresas especializadas, tendo os serviços fiscalizados pelas Coordenadorias respectivas, a saber, Coordenadoria de Infraestrutura Civil e Coordenadoria de Manutenção Elétrica e Mecânica.

Com instalações junto ao mar, sujeitas à ação de salinidades elevadas, a CDC necessita dispor de avolumados recursos financeiros para a manutenção do patrimônio, com a finalidade de cumprir sua Missão Institucional, contemplando aí a necessidade de projetos para atendimento às indústrias que se utilizam do Porto de Fortaleza para as exportações de suas mercadorias.

Dentre as necessidades mais prementes, a CDC lista:

- Alargamento do Canal de Acesso ao Porto para melhorar a navegabilidade atendendo às solicitações da Praticagem;
- Prolongamento do Molhe de abrigo para dar tranquilidade à Bacia do Porto contra as agitações provocadas pelo *Swell*;
- Recuperação constante de defensas;
- Manutenção permanente dos equipamentos da Estação de Passageiros como elevadores, escadas rolantes, sistema de ar condicionado e estrutura metálica do prédio;
- Manutenção das subestações que alimentam o Porto com energia elétrica; e
- Manutenção de tomadas frigoríficas dos contêineres *reefers*.

Quanto às movimentações de ativos e passivos, a CDC não tem conseguido renovar ou acrescentar seus ativos em função da insuficiência de recursos.

PORTO DE CAMOCIM

O Porto de Camocim está implantado na foz de um rio com forte incidência de assoreamento, não permitindo, para o momento, a utilização por navios mercantes modernos dada a insuficiência de profundidade para navegação.

A solução seria a realização de uma dragagem para sanar a problemática. Contudo, mesmo sem a realização de um estudo analítico, é certo que não haveria qualquer viabilidade econômica no projeto, uma vez que, nas circunvizinhanças marítimas, já existem bem próximos

os Portos de Itaqui no Maranhão e do Pecém também no Ceará, além do inativo Porto de Luis Correia no Piauí, que, até o momento, não conseguiu atrair qualquer embarcação moderna.

Não existindo tarifa oficial para comércio pela CDC, o Porto de Camocim não está enquadrado na categoria de Porto Organizado, na forma da Lei nº 12.815/2013, no entanto está sendo utilizado como Cais pesqueiro e se encontra em processo de estudos para arrendamento.

SISTEMA DE PATRIMÔNIO

A CDC se utiliza de um sistema informatizado, denominado Pátrio, pertencente à empresa Ente Tecnologia, para controle dos bens moveis e imóveis, suas depreciações, o qual consolida os bens por conta.

Distribuição geográfica dos imóveis da União:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019
BRASIL	UF 1: CEARÁ	04	04
	Município: Fortaleza RIP: 13890002141-55 (Porto Fortaleza) RIP: 13890002473-20 (Praia Mansa) RIP: 13890002505-42 (IPM – CE)	03	03
	Município 2		
	Município: Camocim RIP: 13510000135-00 (Porto Camocim)	01	01
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	Subtotal Brasil	04	04
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		

	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		04	04

Quadro 3.

Os imóveis sob a responsabilidade da CDC não se enquadram entre os que necessitam de cadastramento no SPIUnet. O sistema para cadastramento dos mesmos denomina-se Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, no qual já constam cadastrados os imóveis da CDC sob os seguintes RIP's:

RIP 13510000135-00 - Av. Perimetral c/n Camocim

RIP 13890002505-42 – Av. Vicente de Castro 5720 Pesos e Medidas

RIP 13890002473-20 – Praia Mansa s/n Docas

RIP 13890002141-55 – Av. Vicente de Castro 6101 - CDC

O sistema informatizado de contabilidade, denominado AC Contabil, pertencente à empresa Ente Tecnologia, e possui espelhamento com o sistema de controle patrimonial para a efetivação dos registros contábeis, também, consolidado por conta, e possui outros registros correspondentes por força legal.

Os maiores riscos relacionados à gestão destes imóveis são relativos a incêndio e explosões, por existirem armazenamentos de produtos inflamáveis na retro área do Porto (gás, combustível e óleos derivados do petróleo) que são transportados do Píer petroleiro por dutos/tubulações até os reservatórios das empresas comerciais que os armazenam e distribuem. O controle que atenua os riscos relacionados à gestão dos imóveis que foi adotado pela coordenadoria foi a manutenção permanente de extintores de incêndio distribuídos em toda a extensão do porto, que são mantidos em condições de uso por empresa terceirizada, sob a gerência da CODSMS.

Existe ainda, no Porto de Fortaleza, uma unidade permanente do Corpo de Bombeiros para eventualidades que possam surgir, por ser área de risco de incêndio.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a) – O Plano Diretor de TI (PDTI) da CDC, se encontra em atualização junto à Coordenação

nadoria de Tecnologia da Informação da Companhia Docas do Ceara (CDC), visando ao correto alinhamento ao Plano Estratégico Institucional.

b) – O Comitê Gestor de TI é composto por:

- 1 Representante da Diretoria de Infra Estrutura e Gestão Portuária – DIEGEP;
- 1 Representante da Diretoria de Administração e Finanças – DIAFIN;
- 1 Representante da Diretoria Comercial – DIRCOM;
- 1 Representante da Coordenadoria da Tecnologia da Informação – CODTEI (Representando a Diretoria da Presidência – DIRPRE);
- 1 Secretario(a).

Tem por principais decisões:

- 1.Promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da CDC (Companhia Docas do Ceara);
- 2.Promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem desenvolvidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento da CDC – (Companhia Docas do Ceara);
- 3.Identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a CDC (Companhia Docas do Ceara) possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais.

c) – A CDC tem um total de 16 aplicações, sendo:

- B.I – Business Intelligence - (Aplicação Web, usada para visualizar movimentação de mercadorias, contêineres, normas, relatórios de produtividade, fluxo econômico e financeiro, balanço patrimonial e DRE).
- Intranet – (Aplicação Web, que estreita a relação colaboradores / empresa, canal de comunicação e postagens de conteúdo da CDC, trazendo interatividade entre setores e colaboradores).
- L.A.I – Lei de Acesso à informação - (Aplicação Web, que entrega ao usuário informações relacionada a despesas e viagens, gozadas pela CDC, assim como Agenda de Diretores, Licitações e Contratos, Informações dos servidores e terceirizados, bem como ficha financeira).
- Sistema de Licitações – (Aplicação Web para cadastro das licitações de provimento de produtos e serviços da CDC);

- Portal de Licitações – (Aplicação Web que fornece aos usuários interessados, as licitações para compra de produtos e serviços, divididas pelas seguintes modalidades “Pregão Presencial, RDC – Presencial, Pregão Eletrônico, Carta Convite, Concorrência Pública, Concorrência Internacional, Tomada de Preços e Credenciamento).
- Sistema de Almoxarifado – (Aplicação Web – Controla a entrada e saída em estoque dos materiais solicitados pelos colaboradores em função).
- Sistema de Processos – (Aplicação Web – Controla o cadastro e fluxo dos processos realizados pelos funcionários assim como: processos administrativos, processos contratuais, processos de terceiros, dentre outros).
- Sistema de Contratos – (Aplicação Web – Controla o cadastro e fluxos dos contratos, assim como suas vigências, cláusulas e ementas).
- Sistema Financeiro – (Aplicação Web – Controla o fluxo dos pagamentos realizados por cada setor da CDC. Desde o cadastro do processo para pagamento até a informação dos pagamentos em si pela tesouraria). O sistema também disponibiliza rotinas para consultas através de relatórios e notação orçamentaria.
- Sistema de Gestão Portuária Desktop – (Aplicação Desktop – realiza os tramites relacionadas a atracação, desatracação, desova, faturamento e movimentação de contêineres, entre outros).
- Sistema de Gestão Portuária Web – (Aplicação Web – promove toda gestão de acesso, pessoa ou veículo, além dos tramites relacionadas a atracação, desatracação, desova, faturamento e movimentação de contêineres, entre outros).
- Sistema de Help Desk – (Aplicação Web para o colaborativismo interno, em que são registrados chamados, contendo a descrição o problema, para que a equipe de TI da CDC tome ciência e atenda em pronta demanda, para resolução do mesmo).
- Sistema CVT Portuário – (Aplicação Web – Cadastro de turmas e alunos para os cursos oferecidos pelo CVT Portuário).
- Sistema de Compra Direta – (Aplicação Web – Controla o Cadastro)
- Sistema de Resoluções – (Aplicação Web – Cadastro e consulta de resoluções feitas nas reuniões).
- Sistema de Viagens e Serviços – (Aplicação Web – Controla o fluxo com gastos oriundos de viagens e/ou serviços dos colaboradores)
- Sistema ICodJur – Aplicação Web / um responsável encaminha as ativida-

des para os colaboradores do setor jurídico.

d) – Não foi realizado nenhum curso nessa coordenação.

e) – Segue tabela abaixo:

Servidores/Empregados

Da Casa	Carreira	Outras Carreiras	Estagiários	Terceirizados
	1		3	10
Outros Órgãos	Carreira	Outras Carreiras	Estagiários	Terceirizados

f) – O gerenciamento de serviços de TI são monitorados e aplicados pela equipe terceirizada de TI, que visa ao objetivo de manter o parque tecnológico e serviços de operação portuárias em modo de operação 24h (vinte e quatro horas) e 7 (sete) dias por semana, ênfase em alta disponibilidade.

g) – Os projetos de TI elaborados no período e alinhado às necessidades de operação estão em desenvolvimento, podendo ter seus prazos de entrega estendidos por falta de incentivo/verba. Ressalta-se que o projeto denominado de OCR – Leitura de Placas e Numeração de Contêineres está com seu objetivo alcançado em modelo beta, para conclusão final, devendo ter investimento em infraestrutura adequada.

h) – Para mitigar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI a esta Companhia, foi solicitado junto à Diretoria Executiva a abertura de concurso público.

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

a)

- SIGEP - Sistema de Gestão Portuária – Gerenciar do setor Operacional e Faturamento da Companhia Docas do Ceará.
- SISPORT – Sistema Portuário – Aplicação Web em Desenvolvimento para Gerenciar setor Operacional e Faturamento, compondo modulo de gerenciamento e controle de acesso (veículos e cargas).

b) A manutenção nos sistemas apresentados são realizados por empresa terceirizada.

c) Os dois principais sistemas foram e estão sendo desenvolvidos por mão de obra terceirizada. O sistema SIGEP (Desktop) encontra-se totalmente em produção. O sistema SISPORT encontra-se em produção com pendência de alguns módulos, tendo seu prazo de conclusão para final do ano de 2019, com orçamento anual avaliado em R\$ 1.100.000,000 (Um Milhão e Cem Mil Reais).

d) Para mitigar eventuais riscos à continuidade e disponibilidade dos sistemas, a CDC tem uma correta infraestrutura de replicação de dados e servidores.

INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PDTI

O Plano Diretor de TI (PDTI), até o momento, encontra-se em atualização junto à Coordenadoria de Tecnologia da Informação da CDC, visando ao correto alinhamento ao plano Estratégico Institucional. O gerenciamento e a aplicação de todos os recursos de TI da CDC são baseados no seu PDTI, o qual, a cada dois anos, é atualizado a fim de torná-lo mais próximo do planejamento futuro da CDC e, principalmente, visando ao avanço de forma organizada e sem desperdício financeiro.

GESTÃO DE CUSTOS

A CDC não possui um sistema de custos implantado em seus controles. A gama de serviços prestados é muito complexa, não sendo possível quantificar o custo unitário por item tarifário (serviço).

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários está desenvolvendo um sistema de custos, o qual futuramente poderá viabilizar as informações necessárias.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A CDC vem atendendo aos requisitos necessários para o funcionamento das atividades administrativas e operacionais do porto de Fortaleza, resguardando o licenciamento Ambiental das suas atividades e apresentando ao órgão de fiscalização as determinações das condicionantes do seu licenciamento. Além disso, a CDC vem incrementando medidas de controle para que as atividades realizadas pelos operadores portuários e arrendatários sejam feitas com atendimento à legislação ambiental, evitando assim o comprometimento dos recursos naturais.

Em relação às atividades complementares, a CDC elenca o controle sanitário relativos à



presença de vetores, constituindo de ação contínua no ambiente portuário.

Na relação Porto-Cidade, são abordadas pela CDC as atividades portuárias como o contexto do desenvolvimento sustentável, evitando surgimento de conflitos sociais pelo desconhecimento da atividade e apresentado o Porto aos visitantes (alunos das escolas estaduais, universidade e demais interessados), através de visita guiada. Para o público interno, a educação ambiental, também, é abordada, visando a integrar a importância das nossas atividades. Para isto, são realizadas palestras com o intuito de conscientizar o empregado sobre o impacto ambiental gerado em decorrência da sua atividade e as formas de mitigação destes impactos, através de ações simples utilizadas no dia a dia, diminuindo consideravelmente os problemas causados ao meio ambiente. As palestras são realizadas individualmente, o que possibilita uma aprendizagem direcionada e com poucas distrações, cerca de 70 dos 134 empregados da CDC participaram da atividade no ano de 2018.

Entre os desafios da CDC para 2019, está o aumento do alcance de tais apresentações junto aos seus empregados, uma vez que a conscientização aparece como um dos caminhos mais eficientes para que a sociedade cuide melhor do ambiente que vive.

A CDC tem disponibilizado recursos com objetivo de favorecer a realização destas ações, o que a permite direcionar os esforços para um resultado eficaz da sua gestão ambiental.

CAPÍTULO 7: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR/OPINIÃO DOS AUDITORES

O Item encontra-se contemplado nos Anexos e Apêndices deste Relatório de Gestão.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações. As demonstrações encontram-se auditadas por uma empresa de auditoria externa, devidamente assinadas pela contadora e pela Diretoria Executiva desta CDC e aprovadas pelo CONSAD e CONFIS, porém ainda serão submetidas à aprovação da Assembleia.

O Item encontra-se contemplado nos Anexos e Apêndices deste Relatório de Gestão.

CAPÍTULO 8: OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os temas que são incluídos no relatório integrado pela CDC são quantificados pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico – CODPLA, a qual faz a triagem das informações necessárias com base nas explicações constantes no sistema e-contas. Após esta triagem é solicitado às demais Coordenadorias da CDC as informações pertinentes, sendo avaliadas inicialmente pela CODPLA para após serem incluídas no relatório integrado. Após a elaboração do relatório integrado, a CODPLA envia para a Auditoria Interna da CDC, área que realiza a avaliação final do relatório e envia caso esteja atendido todos os temas determinados no relatório para aprovação da Diretoria Executiva da CDC e apresentação ao Conselho de Administração.

A CODCON tem como atribuição coordenar as demandas dos órgãos externos de controle, em conformidade com os dispositivos legais. Além disso, a Auditoria Interna realiza monitoramentos a fim de verificar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

Além das informações acima, merece destaque que a CDC tem pautado as suas ações dentro de uma visão estratégica de macroprocessos finalísticos, com foco na GESTÃO DE INFRAESTRUTURA, na GESTÃO PORTUÁRIA e na GESTÃO DE NEGÓCIOS. Dentre as realizações mais importantes, considerados estes 03 macroprocessos, destacam-se:

- Em 2018, após aprovação de emendas de parlamentares Cearenses, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, através da Secretaria Nacional de Portos, realizou a Dragagem do Berço do Terminal Marítimo de Passageiros, passando seu calado à quota de -12,7m (menos doze vírgulas sete metros). Essa Dragagem irá proporcionar a atracação de Navios Transatlânticos no berço do TMP, bem como de navios de contêiner e com cargas limpas.

- Utilização do novo Terminal Marítimo de Passageiros – TMP e, para 2019/2020, a CDC estará evidenciando esforços, junto ao Ministério da Infraestrutura, para o Alargamento do Canal de Acesso, com a finalidade de melhorar a acessibilidade ao Porto.

- A CDC concluiu em 2018 o sistema de reconhecimento de placas automotivas e códigos de contêiner - LPR/CCR, através de reconhecimento óptico de caracteres (OCR – Optical Character Recognition). A implantação do OCR foi necessária para atender às exigências do processo de alfandegamento do nosso Porto de Fortaleza, o qual está sendo analisado pela RFB, bem como, do auto de infração da Receita Federal – Processo nº 11.131.721.422/2014. Esta expansão contemplou as seguintes áreas: entrada e saída do portão principal da área operacional da CDC, balança de oitenta toneladas e de cem toneladas e escaneamento de contêiner.

- Continuidade do processo de contratação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PGMP com visão nos processos logísticos e operacionais em busca de melhores

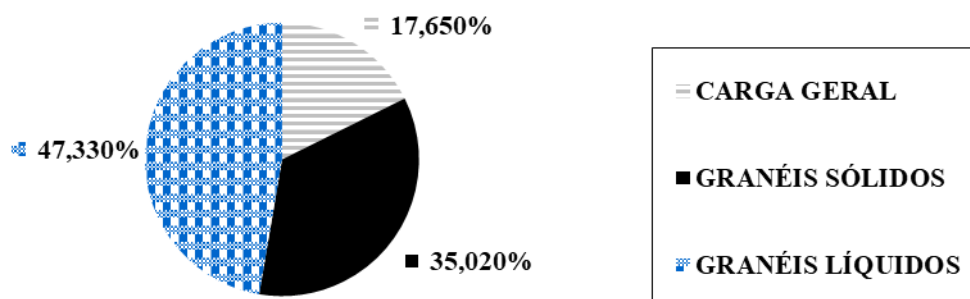
práticas operacionais, valorização da sua força de trabalho e expectativa de melhoria da produtividade associada a uma redução de custos.

- Implantação e acompanhamento do Programa de Redução de Despesas para o exercício, com atendimento, no valor global, da meta estabelecida.
- Aumento de 5,31% na receita total em relação ao ano de 2017, o que proporcionou um resultado financeiro superavitário de 2,9 milhões de reais.
- O Porto de Fortaleza encerrou o ano de 2018 com uma movimentação de 4.771.032 t de mercadorias importadas e exportadas, refletindo uma redução de 2,31% em relação ao desempenho da movimentação registrada em 2017.

A redução na movimentação, registrada em 2018, foi decorrente principalmente da saída de operação, no Porto de Fortaleza, dos navios do armador LOGIN, a partir de julho/2018, que faziam a navegação de Cabotagem e Mercosul, aliada à queda na movimentação de graneis sólidos não cereais (escória) e à não movimentação de milho no exercício. A redução na cabotagem foi verificada nas importações. Paralelamente, a operação portuária também foi impactada pela paralização nacional dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, com reflexos importantes na operação. Em contrapartida, foi registrada uma movimentação recorde de contêineres reffers, que apresentou em 2018 um incremento de 1.265%, o que reduziu os impactos da saída dos navios da empresa de navegação LOGIN, com o registro de uma queda de apenas 2,31% em comparação ao ano anterior.

Do total movimentado em 2018, 842.059t foram de carga geral, apresentando um incremento de 1,66%, comparado ao registrado no ano anterior, 1.670.838 t de graneis sólidos, único segmento que apresentou queda de 11,82% e 2.258.135 t de graneis líquidos, que apresentou um crescimento de 4,50% em relação ao total movimentado em 2017. As cargas exportadas apresentaram um crescimento de 73,13% e as importadas uma queda de 39,84%. O gráfico 1 representa a movimentação de cargas no Porto, no exercício de 2018, dividida entre os tipos: carga geral, graneis sólidos e graneis líquidos.

Gráfico 1 - MOVIMENTAÇÃO POR TIPO DE CARGA - 2018



No segmento carga geral, as principais cargas movimentadas foram:

Cabotagem: na exportação houve um crescimento de 1,73% e na importação uma redução de 22,39% em relação ao registrado em 2017;

Longo curso: na exportação, foi registrado um crescimento recorde de 108,36%, com a movimentação de frutas registrando um incremento, em contêineres, de 1.265% em comparação ao volume movimentado em 2017. Além das frutas, mereceram destaque as movimentações de manganês (69.283 t), vergalhões/lingotes de ferro (35.749 t), magnésio (10.870 t), cera de carnaúba (7.506 t), granito (5.962 t), castanha de caju (3.903 t), e couro bovino (2.018 t). Na importação, registrou-se uma redução de 72,14% em relação a 2017.

No segmento de granéis sólidos, a redução de 11,82% na movimentação foi justificada pela queda de 2,67% na movimentação do trigo, principal item deste grupo, associada a não movimentação de milho e à diminuição de 36,72% na movimentação de escória em relação a 2017, fruto de um cenário econômico desafiador com os impactos da crise econômica, alta do dólar, entre outros pontos, refletidos no mercado durante o exercício de 2018. A movimentação de coque manteve-se no mesmo patamar de 2017, registrando um pequeno crescimento de 1,44% em relação a 2017 e o enxofre registrou uma queda de 79,09%, em decorrência do encerramento das atividades no porto do principal importador. Destaca-se, ainda, a exportação de 90.821 t de clínquer em 2018.

Quanto aos granéis líquidos, o segmento apresentou, no exercício de 2018, um crescimento de 4,50% em relação a 2017, tendo a maioria dos itens que integram esse grupo apresentado crescimento, com destaque para a gasolina e o óleo diesel.

No Porto de Fortaleza, em 2018, a exportação correspondeu a 30,17% das cargas movimentadas e a importação de mercadorias representou 79,83% do total movimentado, refletindo a grande vocação do citado Porto. A receita tarifária gerada, com a movimentação das 4.771.032 t, foi de R\$ 49.949.188,53, representando uma receita média de R\$ 10,47/ton. Aportaram



no Porto de Fortaleza, no período em referência, 530 navios entre graneleiros, contêineres, carga solta, passageiros, de marinha, pesquisa e de apoio, enquanto, em 2017, atracaram 571 navios, representando uma queda de 7,18%.

ANEXOS E APÊNDICES



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

A Companhia Docas do Ceará - CDC possui um forte compromisso com a integridade, o que direciona a empresa na busca das melhores práticas de ética e transparência, bem como no atendimento às exigências legais.

Nesse contexto, a CDC envidou esforços para assegurar a integridade do Relatório de Gestão de 2018, mais precisamente quanto à sua contextualidade, ficando a sua apresentação conforme anexo único da Portaria TCU n.º 369, de 17 de dezembro de 2018, para ser aplicado no relatório de 2019, aplicando o pensamento coletivo na preparação e apresentação do relatório integrado.

Assim, foram realizadas reuniões entre técnicos de diversas unidades da CDC para a elaboração de um Relatório de Gestão que ofereça uma ampla visão das estratégias adotadas pela empresa para que os seus objetivos sejam alcançados.

A construção coletiva do documento em tela permitiu o desenvolvimento de um texto conciso e objetivo, que priorizou a utilização de uma linguagem simples e clara, para facilitar a leitura e compreensão dos temas apresentados.

Deve-se ressaltar a participação decisiva da alta direção na condução dos trabalhos das equipes técnicas que atuaram no desenvolvimento deste relato acerca do exercício de 2018, o que garante a confiabilidade e completude das informações disponibilizadas pela CDC à sociedade brasileira.

Conclui-se, portanto, que a apresentação do presente Relatório de Gestão de 2018 encontra-se, na maior parte, de acordo com a estrutura de um relatório integrado.

Cesar Augusto Pinheiro

Diretor Presidente

Francisco Humberto Castelo Branco Araújo

DIAFIN

Cláudio Henrique Pereira D'Alencar

DIEGEP

Mário Jorge Cavalcanti Moreira

DIRCOM

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Conselheiros e Diretores da
Companhia Docas do Ceará**

Nesta

Prezados Senhores,

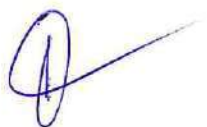
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Ceará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Ceará em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

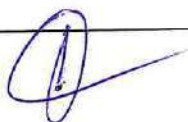
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de



segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 14 de maio de 2019.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9



José Teixeira de Souza Filho
Contador CRC – CE – 4.702



DOCAS DO CEARÁ
AUTORIDADE PORTUÁRIA
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		<u>10.735</u>	<u>10.400</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 4	<u>3.649</u>	<u>3.960</u>
Caixa e Bancos		1.402	1.401
Aplicações de Liquidez Imediata		2.247	3.639
Saldo de crédito não identificado		-	(1.081)
CONTAS A RECEBER		<u>5.503</u>	<u>4.976</u>
Clientes	Nota 5	4.737	4.325
Servidores a Disposição		84	37
Adiantamentos a Empregados		641	572
Acordos/Ressarcimentos	Nota 6	41	41
TRIBUTOS A RECUPERAR	Nota 7	1.257	1.180
ESTOQUES		104	77
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		222	208
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>325.188</u>	<u>340.039</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 8	<u>817</u>	<u>2.039</u>
Depósitos e Cauções Judiciais	Nota 8 a	739	1.950
Clientes	Nota 8 b	78	89
INVESTIMENTOS	Nota 9	<u>12</u>	<u>12</u>
IMOBILIZADO	Nota 10	<u>322.168</u>	<u>335.259</u>
INTANGÍVEL	Nota 11	<u>2.190</u>	<u>2.729</u>
ATIVO COMPENSADO			
Convênio CVT	Nota 26	<u>1.237</u>	<u>1.237</u>
TOTAL		<u>337.159</u>	<u>351.676</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Nilane Souza de Menezes

Nilane Souza de Menezes

Contadora

Companhia Docas do Ceará - Ministério de Infraestrutura, Portos e Aviação Civil.

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe - Fortaleza/CE - CEP: 61632-900 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br

Cesar Augusto Pinheiro
Cesar Augusto Pinheiro
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará

Mário Jorge Cascahanti Moreira
Mário Jorge Cascahanti Moreira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará

Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária

Fco Humberto Castelo Branco
Fco Humberto Castelo Branco
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

PASSIVO

		31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE		<u>16.440</u>	<u>71.854</u>
Fornecedores	Nota 12	3.566	2.105
Obrigações Trabalhistas	Nota 13	1.982	4.397
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 14	1.591	1.579
PORTUS - Previdência Privada	Nota 15	630	630
REFIS INSS	Nota 16	83	1.337
Parcelamento INSS	Nota 17	56	56
Parcelamento PERT	Nota 18	0	1.088
Provisões	Nota 19	2.305	2.487
Credores Diversos	Nota 20	1.967	1.344
Saldo de crédito não identificado	Nota 20	614	0
Credores por Depósitos Caucionados		24	21
Credores Diversos IPTU	Nota 21	2.074	2.074
Depósitos Contribuições e Consignações		507	362
Convênios	Nota 22	(111)	(111)
Ações Judiciais	Nota 23	1.151	2.549
Obrigações Societárias	Nota 24	0	51.935
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>53.696</u>	<u>3.971</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>53.696</u>	<u>3.971</u>
PORTUS - Previdência Privada	Nota 15	3.388	3.771
Parcelamento INSS 2016	Nota 17	153	200
Crédito para futuro aumento de capital	Nota 24	50.155	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>265.787</u>	<u>274.615</u>
Capital Social	Nota 25 a	332.778	332.778
Créditos para aumento de capital	Nota 24	8.547	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	Nota 25 b	-2.784	0
Reserva Especial	Nota 25 c	1.379	1.296
Prejuízos Acumulados	Nota 25 d	(74.133)	(59.459)
PASSIVO COMPENSADO			
Convênio CVT	Nota 26	1.237	1.237
TOTAL		<u>337.159</u>	<u>351.676</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Nilane Souza de Menezes

Jesmar Augusto Pinheiro
Diretor Presidente

Nilane Souza de Menezes
Contadora

CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-34

Companhia Docas do Ceará - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuri - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br

Fco Humberto Castelo Branco
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará

Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará

Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de reais)

		PERÍODO	ACUMULADO
		01/JAN./18 A 31/DEZ./18	01/JAN./17 A 31/DEZ./17
RECEITAS	Nota 27	<u>47.147</u>	<u>44.987</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS	Nota 28	<u>(39.370)</u>	<u>(36.518)</u>
LUCRO BRUTO		<u>7.777</u>	<u>8.470</u>
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(21.129)</u>	<u>(20.444)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 29	<u>(29.074)</u>	<u>(27.434)</u>
Outras Receitas Operacionais	Nota 30	<u>8.957</u>	<u>9.532</u>
Outras Despesas Operacionais	Nota 30	<u>(1.013)</u>	<u>(2.463)</u>
Ganhos e Perdas de Capital		<u>-</u>	<u>(79)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>(13.352)</u>	<u>(11.975)</u>
Receitas Financeiras	Nota 31	<u>2.224</u>	<u>720</u>
Despesas Financeiras	Nota 31	<u>(3.616)</u>	<u>(6.743)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(14.745)</u>	<u>(17.998)</u>
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	Nota 34	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(14.745)</u>	<u>(17.998)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Nilane Souza de Menezes
Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
GPF: 616.329.613-34

Jesús Augusto Pinheiro
Jesús Augusto Pinheiro
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará

Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária

Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará

Roberto Castelo Branco
Roberto Castelo Branco
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de reais)

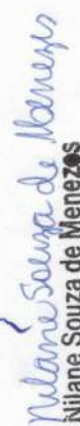
	PERÍODOS DE 01/JAN../2018 A 31/DEZ./18	PERÍODOS DE 01/JAN../2017 A 31/DEZ./17
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.036)	3.174
Resultado do Exercício	(14.745)	(17.998)
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa	11.822	14.597
(+) Depreciação/Amortizações	15.605	15.770
(-) Ajuste de Depreciação (RTT)	(1.071)	(1.177)
Ajustes de Exercícios Anteriores	71	3
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.784)	
(+/-) Aumento/Redução do Ativo Circulante	(645)	(2.447)
Clientes	(558)	(2.278)
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Adiantamento a Empregados	(69)	(107)
Provisão para perdas com Clientes	146	(68)
Servidores a disposição	(46)	51
Acordos/Ressarcimentos	-	-
Impostos a Recuperar	(77)	125
Títulos a Receber	-	-
Estoques	(27)	(8)
Despesas Antecipadas	(14)	(160)


Cesar Augusto Pinheiro
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará


Edo Humberto Castelo Branco Araújo
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará


Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará


Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária


Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-34

Companhia Docas do Ceará - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br



(+/-) Aumento/Redução dos Ativos e Passivos de Longo Prazo	50.946	808
Depósitos realizáveis a longo prazo	1.211	1.057
Devedores diversos	11	(89)
Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	(430)	(161)
Clientes	-	-
Obrigações Societárias de longo prazo	50.155	-
(+/-) Aumento/Passivo do Passivo Circulante	(55.414)	8.215
Fornecedores	1.461	(991)
Obrigações Trabalhistas	(2.415)	(719)
Credores Diversos	1.240	184
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(2.330)	134
Depósitos Contribuições e Consignações	145	(51)
Obrigações Societárias	(51.935)	9.081
Provisões	(182)	234
Convênios	0	4
Ações Judiciais	(1.398)	337
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(904)	(4.260)
Aumento/Redução nos Investimentos		(3)
Aplicações no Imobilizado	(2.969)	(4.431)
Baixa de Imobilizado	-	178
Redução ao Valor Recuperável	2.784	-
Aplicações no Intangível	(719)	(5)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	8.630	117
Reserva Especial	83	117
Crédito para aumento de capital	8.547	-
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(311)	(969)
Saldo no Início do Período	3.960	4.929
Saldo no Final do Período	3.649	3.960
Variação do Período	(311)	(969)

Cesar Augusto Pinheiro
Cesar Augusto Pinheiro
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará

Nilane Souza de Menezes
Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-34

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Fco Humberto Castelo Branco Araújo
Fco Humberto Castelo Branco Araújo
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará

Mário Jorge Cavalcanti Pereira
Mário Jorge Cavalcanti Pereira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará

Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária

Companhia Docas do Ceará - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuri - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16

Fortaleza - CE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em reais)
(PERÍODO DE 31/DEZ./16 A 31/DEZ./18)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		CRED. P/ FUTURO JIMENTO DE CAPIT	RESERVAS DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	LUCRO(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL GERAL
	GOVERNO FEDERAL	OUTROS						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	332.558	221	0	0	1.179	-	(41.567)	292.390
Constituição de Créditos p/Aumento de Capital								-
Transferência Créditos p/ Passivo Circulante								-
Saldo Credor ou Devedor Acumulado								105
Prejuízo do Exercício 2017								(17.998)
Reserva Especial					117			117
Saldos em 31 de dezembro de 2017	332.558	221	0	0	1.296	-	(59.459)	274.615
Constituição de Créditos p/Aumento de Capital			8.547					8.547
Transferência Créditos p/ Passivo Circulante								-
Saldo Credor ou Devedor Acumulado								71
Prejuízo do Exercício 2018								(14.745)
Reserva Especial					83			83
Ajuste de Avaliação Patrimonial						(2.784)		(2.784)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	332.558	221	8.547	0	1.379	(2.784)	(74.133)	265.787

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará

Jeser Augusto Pinheiro
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará

Nilane Souza de Menezes

Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 016.328.613-34

Fco Humberto Castelo Branco
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará

Claudio Henrique Pereira D'Alecar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ: 07.223.670.0001-16
Fortaleza – CE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PERÍODO FINDO EM 31/12/2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, através do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,93%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério da Infraestrutura, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores pólos trigueiros



do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em graneis sólidos (grãos, cereais, etc), graneis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e containerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo



de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Constituída com base no saldo de Clientes vencidos há mais de 180 dias.

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, a qual foi revisada no fim desse exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.



g) Intangível

O valor contábil bruto menos amortização acumulada e as redução ao valor recuperável acumuladas.

Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

h) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa/Bancos	1.402	1.401
Aplicação - BB – Fundo de renda Fixa	2.247	3.639
Saldo de crédito não identificado	0	-1.081
TOTAL	3.649	3.960

Ressalta-se que dos recursos disponíveis R\$ 3.223 (mil) são recursos provenientes da União.



5. CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Usuários	5078	4.081
SEAPORT Serviços Marítimos LTDA	44	46
COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM	0	449
Outros	17	5
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa	-402	-256
TOTAL	4.737	4.325

No que se refere a Clientes, verifica-se um aumento em 2018 em contas a receber de usuários, justificado pelo aumento do faturamento, no respectivo período. Ao passo que, a redução em Companhia Siderúrgica do Pecém, referiu-se à quitação do parcelamento existente em 2017.

6. ACORDOS/RESSARCIMENTOS

A rubrica Acordos/Ressarcimentos refere-se a ressarcimento pendente, por parte da empresa INDESA, no montante de R\$ 41 mil, que é objeto de ação judicial de número 018024-92.2016.8.06.0001.

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Usuários	41	41
TOTAL	41	41



7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de IR s/ aplicação financeira, retenções s/ serviços prestados e saldo negativo formado em períodos diversos. Segue a discriminação:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Negativo IRPJ 2018 - 2017	-	989
Saldo Negativo CSLL 2018 - 2017	-	191
Saldo Negativo IRPJ 2019 - 2018	1.047	-
Saldo Negativo CSLL 2019 - 2018	210	-
TOTAL	1.257	1.180

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Depósitos Judiciais

	31/12/2018	31/12/2017
SINDEPOR	-	08
Reclamações Trabalhistas	739	1.942
TOTAL	739	1.950

A redução verificada em 2018 refere-se à reclassificação de depósito judicial, cujo processo foi objeto de REFIS. Vide Nota 16.

b) Clientes

O saldo de maior relevância se refere ao cliente SEAPORT, cuja dívida foi confessada, bem como parcelada no montante de R\$ 139 mil, em 36 meses, sendo que, 23 parcelas foram contabilizadas em longo prazo, restando em 31/12/2018, R\$ 73 mil, conforme a seguir:



	31/12/2018	31/12/2017
SEAPORT Serviços Marítimos LTDA	73	89
COOPACE	5	0
TOTAL	78	89

9. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Bndes	4	4
Finor – Banco Nordeste	8	8
TOTAL	12	12

10. IMOBILIZADO

	31/12/2018	31/12/2017
Bens Móveis	14.974	14.751
Bens Imóveis	115.538	114.467
Imobilizado TMP	238.454	238.454
Obras em Andamento	35.014	33.339
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio Monitoramento	140	140
Redução ao Valor Recuperável	-2.784	0
Depreciação	-80.655	-67.379
TOTAL	322.168	335.259



	Taxa Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada - Anos
Edificações	1,67%	60
Embarcações	5%	20
Máquinas Móveis, Aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

No exercício de 2018, foi realizada, por avaliadores independentes, avaliação dos bens da Companhia, ocasionando a Redução ao Valor Recuperável de R\$ 2.784 (mil).

Informamos ainda que, conforme o laudo dos avaliadores independentes, as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado foram sugeridas considerando a sua vida útil, sendo que os eventuais efeitos advindos da utilização dessas taxas serão registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019.

Ressalta-se que a depreciação relativa ao Imobilizado TMP, em 2018, resultou no montante de R\$ 9.927 (mil).

11. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de software contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos.

	31/12/2018	31/12/2017
Intangível	7.520	6.800
Amortização	-5.330	-4.071
TOTAL	2.190	2.729



12. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC, dos quais listamos os principais:

	31/12/2018	31/12/2017
EBC	6	69
CJS SERV DE MANUTENÇÃO IND E REP LTDA	83	79
XL SEGUROS	180	180
ENEL	1.009	193
INTELLSISTEMAS	119	119
IVIA SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA	333	164
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA	254	254
VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	331	166
IMACULADA GORDIANO	0	128
CAGECE	73	90
IEPRO	375	375
PROSPERA AUTO SERVIÇOS LTDA	336	0
LANLINK SERVIÇOS	67	0
SODEXO	129	0
DINÂMICA EMPREENDIMENTOS	100	0
FORNECEDORES DIVERSOS	171	202
TOTAL	3.566	2.105

O aumento verificado é justificado pelo saldo constante da ENEL, cujas faturas de energia elétrica sofreram majoração, por conta do aumento do consumo, no mês de dezembro/18. O referido consumo, decorrente do aumento da safra de fruta, fora repassado aos clientes mediante cobrança de ressarcimento de energia elétrica, além da Taxa de Administração, conforme Tabela VII da Tarifa Portuária vigente da CDC.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2018	31/12/2017
CURTO PRAZO		
Salários a pagar	-	-
Reclamações Trabalhistas	1.982	4.331
Rescisões	-	66
TOTAL	1.982	4.397



Está contabilizado o montante de R\$ 1.982 (mil) a título de passivo contingente trabalhista, cujo prognóstico emitido pelo setor jurídico da CDC é de perda provável.

Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 4.668 (mil), referente às causas trabalhistas cujo prognóstico foi possível e o montante de R\$ 7.928 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, principalmente, em DEZEMBRO/18.

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos A Recolher - INSRF 480/04	418	256
INSS A Recolher	447	398
FGTS A Recolher	166	144
ISS - Imposto Serviços Prestados	111	134
ISS Retido Na Fonte	44	47
PIS a Recolher	55	86
COFINS - Contribuição Social Lei Compl. 70/91	253	398
INSS S/ serviços tomados	98	109
Assistência Médica	-1	7
TOTAL	1.591	1.579

As obrigações fiscais e previdenciárias não sofreram variação relevantes, entretanto, em dez/18, verificou-se um acréscimo significativo na rubrica de Impostos a Recolher, que refere-se aos tributos federais retidos sobre as notas fiscais de fornecedores, justificado pelo acréscimo no fornecedor ENEL. Vide nota 12.

15. PORTUS – PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão por que estas



reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar.

A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a. a mais INPC e sem existência de garantia.

CURTO PRAZO

31/12/2018

31/12/2017

Portus – Previdência Privada

630

630

LONGO PRAZO

Portus – Previdência Privada

3.388

3.771

TOTAL

4.018

4.401

16. REFIS

Em novembro de 2012, a Companhia realizou um parcelamento ordinário na Receita Federal do Brasil, cuja origem é decorrente de débito de INSS em atraso, oriundo da Reclamação Trabalhista nº 351/1996, onde foram pagos R\$ 1.613 (mil) a título de valor principal, referente a 13 parcelas do mesmo. Em dezembro de 2013 o referido parcelamento ordinário foi suspenso com a adesão ao REFIS, onde o débito de INSS foi inscrito com o valor principal de R\$ 6.002 (mil) a ser pago em 60 meses. Do valor inscrito, já foram pagos R\$ 1.300 (mil) e que, somando ao valor já pago pelo parcelamento



ordinário restou, em dezembro de 2014, um saldo remanescente de R\$ 3.088 (mil), o qual foi devidamente contabilizado. Em 2015, houve a consolidação do saldo devedor pela Receita Federal do Brasil, conforme Ofício nº 447/2015/SECAT/DRF-FOR/SRRF03/RFB/MF-CE, restando um saldo devedor, em setembro de 2015, de R\$ 1.229 (mil). Por fim, resta bloqueado o montante de R\$ 1.312 (mil) para liquidação da dívida, conforme determinação judicial datada de 15 de outubro de 2015.

Entretanto, em setembro de 2017, foi efetuada a Consolidação de Modalidade de Parcelamento da Reabertura da Lei nº 11.941/2009, de saldo remanescente dos programas REFIS, PAES, PAEX E PARCELAMENTOS ORDINÁRIOS – ART. 3º DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS no âmbito da RFB, onde verificou - se que, o montante do saldo devedor era de R\$ 3.813.243,14, já acrescido de multas e juros.

A RFB abriu a possibilidade, no ato da consolidação, da redução da multa e de redução de 40% do valor dos juros, além da possibilidade de utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e de Bases Negativas de CSLL, para amortizar os juros e o restante a ser quitado em até 180 parcelas.

Diante do exposto, quanto à Reclamação Trabalhista nº 351/1996, objeto do presente REFIS, a Coordenadoria Jurídica da CDC manifestou - se informando que, do depósito bloqueado de R\$ 1.312 (mil), o valor de R\$79 (mil) (cota segurado) fora revertido em renda, bem como o valor de R\$ 1.149 (mil) (cota patronal), somando R\$ 1.228 (mil), que ainda não foram amortizados do valor principal de R\$1.337.088,31.

Conforme CI CODJUR 347/2018, após a última consolidação, a CDC solicitou uma revisão manual, em virtude de erro no próprio sistema da RFB (ausência de reconhecimento de pagamento), para que os valores, que já haviam sido pagos, fossem reconhecidos, ensejando, assim, uma redução considerável do valor apontado com o principal e por conseguinte, os valores acessórios, para fins de quitação. Resta um saldo, referente ao processo judicial originário do REFIS, no montante de R\$ 83 (mil).



17. PARCELAMENTO INSS

Refere-se ao parcelamento do saldo a pagar de INSS, parcela de beneficiários, referente às competências de novembro/16, dezembro/16 e 13º Salário, através de Parcelamento Simplificado Previdenciário, em 60 parcelas, perante a Receita Federal do Brasil.

CURTO PRAZO	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento INSS	56	56
 LONGO PRAZO		
Parcelamento INSS	153	200
TOTAL	209	256

18. PARCELAMENTO PERT

Em agosto de 2017, a CDC aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no montante de R\$ 1.360 (mil), tendo sido paga a entrada em cinco parcelas, restando saldo de R\$ 1.088 (mil), a ser liquidado, por ocasião da consolidação, com créditos de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Por ocasião da consolidação, em agosto de 2018, foram incluídos débitos provenientes de reclamações trabalhistas, os quais foram liquidados, juntamente com o débito inicial, o que totalizou R\$ 3.745 (mil).

Desse montante, a RFB, após o abatimento da entrada de R\$ 272 (mil), concedeu o desconto de R\$ 1.687 (mil) e permitiu a utilização de créditos de prejuízos fiscais, nos termos da lei nº 13.496/17, no montante de R\$ 1.786(mil). O parcelamento encontra-se quitado.



19. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31/12/2018.

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de Férias	1.539	1.697
Outros	766	790
TOTAL	2.305	2.487

20. CREDORES DIVERSOS

O montante de R\$ 2.581 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes. Vale ressaltar que R\$ 614 (mil) refere-se ao recebimento não integral de valores provenientes de contas a receber, os quais serão liquidados quando do complemento pelos clientes.

21. CREDORES DIVERSOS - IPTU

O valor de R\$ 2.074(mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto, hoje, de lide jurídica junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

22. CONVÊNIOS

	31/12/2018	31/12/2017
CVT Portuário	92	92
Monitoramento Ambiental	- 203	-203
TOTAL	- 111	-111



Em 2015, houve o provisionamento de notas fiscais referente ao projeto básico ambiental da obra de aprofundamento do Porto de Fortaleza, objeto do Convênio de Monitoramento Ambiental. Por conta do bloqueio judicial relativo ao processo judicial nº 351/1996, existente na conta de aplicação financeira do referido convênio, na importância de R\$ 517.068,44, em 07/11/2012, a conta contábil apresenta saldo negativo, que será sanado, na ocasião do desbloqueio judicial. A redução verificada entre o exercício 2018 e 2017 refere-se à apropriação de juros e rendimentos da conta bancária de investimento do respectivo convênio.

23. AÇÕES JUDICIAIS

As ações judiciais apresentaram redução no exercício 2018, conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ações Judiciais	1.151	2.549
TOTAL	1.151	2.549

Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Pólo Ativo e Passivo, onde os prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 – POSSÍVEL E 3 – REMOTA) foram emitidos pelo Setor Jurídico da CDC.

Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio da Prudência, nas ações em que a CDC figura em pólo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo



apenas divulgadas em Notas Explicativas. As mesmas serão reconhecidas no momento da sua realização.

Nas ações em que a CDC figura em pólo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Por questão de transparência das informações, as ações judiciais que possuem prognósticos 3 (REMOTA) foram evidenciadas, apesar de não haver obrigatoriedade, nos termos do referido CPC 25.

a) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

CDC – PÓLO ATIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERENTE	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	5	1	2.017
	2	2	1.006
TOTAL GERAL	7		3.023



CDC – PÓLO PASSIVO (em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Ações Federais e Tributárias	518	3
TOTAL	518	3

Ressalta-se que, do montante registrado, o valor de R\$ 515 (mil) é referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000. A CDC foi intimada, por meio do Mandado de Intimação nº. 0020.000604-0/2016, para resguardar quaisquer créditos em nome da empresa PACIONOL, para fins de satisfação das verbas objeto da execução fiscal em trâmite perante a 20ª Vara Federal.

Na ocasião, a área de engenharia da CDC informou a existência de valores, que totalizam o respectivo montante contabilizado, a título de provisão. Com a finalidade de minimizar os impactos com o dispêndio do referido montante, o setor jurídico apresentou recurso em revisão aos valores cobrados, o qual, atualmente, encontra-se concluso para julgamento. Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 2.015 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R\$ 2.190 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda.

b) AÇÕES CÍVEIS ESTADUAIS

CDC – PÓLO ATIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERENTE	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	10	1	4.865
	18	2	3.259
	100	3	5.636
TOTAL GERAL	128		13.760



CDC – PÓLO PASSIVO (em milhares de reais)

CDC REQUERIDA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	3	1	34
	5	2	7.437
	26	3	36.929
TOTAL GERAL	34		44.400

Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial, encontra-se contabilizado o valor de R\$ 1.151 (mil), referente às ações cíveis estaduais, federais e tributárias, cujo prognóstico de realização é provável. Destaca-se que, do saldo contabilizado, o montante de R\$ 600 (mil) refere-se ao saldo do acordo celebrado entre CDC X Empresa PECAL, proveniente do processo nº 0569431-25.2000.8.06.0001, o qual está sendo pago em parcelas mínimas de R\$ 150 mil.

	31/12/2018	31/12/2017
Ações Judiciais Estaduais	633	2.546
TOTAL	633	2.546

24. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê fundos para investimento no Porto e consequente aumento de Capital. Tais fundos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.



ACIONISTAS	2018	2017
GOVERNO FEDERAL	-	51.934
GOVERNO ESTADO CEARÁ	-	1
TOTAL	-	51.935

Ressalta-se que, com a inclusão do parágrafo único do art. 2º do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, pelo art. 74 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, os recursos transferidos pela União, a partir de 1º de janeiro de 2017, que totalizaram R\$ 4.810 (mil), não sofrerão atualização monetária de acordo com variação da taxa SELIC, restando atualizados, apenas os recursos recebidos nos exercícios anteriores, os quais não foram capitalizados, face à ausência de Decreto Autorizativo, cuja edição é de competência da Casa Civil.

Em maio de 2018, pelo fato da CDC ser constituída com capital exclusivamente público, a Secretaria do Tesouro Nacional orientou a reclassificação dos valores constantes a título de Créditos para aumento de capital das seguintes formas:

- Recursos de AFAC, recebidos a partir do ano de 2017, deverão ser registrados Patrimônio Líquido;
- Recursos de AFAC, recebidos anteriores ao ano de 2017, deverão ser registrados no Passivo Não Circulante.

Em cumprimento à orientação, o saldo constante no Passivo Circulante existente à época, saldo de 30/04/2018, no montante de R\$ 52.933 (mil) foi reclassificado, conforme a seguir:

1. R\$ 4.810 mil foi reclassificado para o Patrimônio Líquido;
2. R\$ 48.122 mil foi reclassificado para o Passivo Não Circulante

Quanto ao saldo de R\$ 8.547 mil, existente no Patrimônio Líquido a título de AFAC, em 2018, este é composto pela reclassificação de R\$ 4.810 (mil), informada acima, bem como por R\$ 3.737 mil, que se refere aos AFACs que foram recebidos dentro exercício de 2018.



Os valores em dezembro/18 estão demonstrados a seguir:

ACIONISTAS	2018	2017
NÃO CIRCULANTE	50.155	
GOVERNO FEDERAL	50.154	-
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	-
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	 8.547	
GOVERNO FEDERAL	8.547	-
GOVERNO ESTADO CEARÁ	-	-
 TOTAL	 58.702	 -

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 27.485.113.672 ações, sem valor nominal, sendo 17.948.605.801 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de dezembro de 2018, está assim distribuído:



Composição Acionária

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	27.466.893.721	99,933709748%	332.557.573,78
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,066235127%	220.416,05
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,000010864%	36,15
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,000011668%	38,83
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,000010864%	36,15
TOTAL	27.485.113.672	100,000000000%	332.778.173,27

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

Poderão ser acionistas da Companhia Docas do Ceará – CDC quaisquer pessoas físicas ou jurídicas. A União é reservada, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.

Em 15/10/2015, a 113ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento no Capital Social, aumento este proveniente de créditos do acionista majoritário, União Federal.

b) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

No exercício de 2018, foi realizado teste de *impairment*, onde verificou-se a perda do montante de R\$ 2.784 (mil). Vide Nota 10.



c) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembléia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R\$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. O saldo atualizado até 31/12/2018 totaliza um montante de R\$ 1.379 (mil).

d) PREJUÍZOS

O saldo de Prejuízos Acumulados da Companhia Docas do Ceará aumentou de R\$ 59.459 (mil) em 2017 para R\$ 74.133(mil) em 2018, em decorrência das seguintes variações:

- Resultado de Prejuízo de 2018: R\$ 14.745 (mil);
- Valores referentes à baixa de processo judicial e débito do REFIS, conforme orientação da Coordenadoria Jurídica da CDC: R\$ 71(mil).

Seguem os principais fatores que tiveram reflexo na apuração do resultado de prejuízo de 2018:

Exercício de 2018

- Despesas com variação monetária de Créditos para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$ 3.030 (mil), em virtude da ausência da edição de Decreto Autorizativo para Aumento de Capital; Vide Nota 24.a.
- Provisionamento de Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias, no montante de R\$ 867 (mil);
- Provisionamento de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, no montante de R\$ 146 mil;
- Aumento nos custos de Depreciação, por ocasião da transferência do Terminal Marítimo de Passageiros do Grupo de Obras em Andamento para Imobilizado, em dezembro/16, ocasionando em 2018, um custo anual de R\$ 9.927 (mil).



- Contabilização de créditos de prejuízos fiscais de R\$ 1.786 (mil) e de Descontos obtidos de R\$ 1.687 (mil), por ocasião da consolidação do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), em agosto/18, o que ocasionou uma redução no prejuízo do exercício de 2018, no montante de R\$ 3.473 (mil);

Adicionalmente, ressalta-se que consta na conta Prejuízos Acumulados o montante de R\$ 59.459 (mil), referente aos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

26. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a conclusão do convênio com a União para que seja definida a propriedade dos bens adquiridos.

27. RECEITAS

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

	2018	2017	VARIÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	56.854	54.895	3,57%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	17.561	16.519	6,31%
Utilização das Instalações de Acostagem	2.819	2.561	10,07%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	23.985	21.583	11,13%
Serviços de Armazenagem	3.517	8.840	-60,21%
Serviços Diversos	8.323	4.959	67,84%
Serviços Diversos - TMP	649	433	49,88%
(-) Cancelamentos de Serviços	-1.266	-1.743	-27,37%
(-) Impostos Incidentes	-8.441	-8.165	3,38%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	47.147	44.987	4,80%



No que se refere às receitas operacionais, a Receita Operacional Líquida apresentou um aumento de 4,80%, onde a receita de Serviços Diversos foi a mais expressiva. As mesmas são decorrentes dos ressarcimentos de custos e despesas, como energia, aos clientes, principalmente, por conta da safra de frutas, ocorridas em 2018.

28. CUSTOS

CUSTOS	2018	2017	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	12.498	13.305	-6,07%
Serviços Prestados - Pessoa Física	7	7	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	10.989	8.809	24,75%
Materiais Gastos nas Operações	61	49	24,49%
Custos Gerais	15.815	14.348	10,22%
Total	39.370	36.518	7,81%

Em 2018, os Custos apresentaram um aumento de 7,81% , sendo que a variação mais relevante foi verificada em Serviços de Pessoas Jurídicas, principalmente no que se refere aos Serviços de Manutenção Civil, Serviços de Manutenção Elétrica e aos serviços prestados pelo OGMO.

29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2018	2017	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	14.759	14.418	2,37%
Serviços Prestados - Pessoa Física	405	353	14,73%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	8.825	7.781	13,42%
Despesas com Materiais	171	152	12,50%
Despesas Gerais	4.914	4.730	3,89%
Total	29.074	27.434	5,98%



Em 2018, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 5,98%, sendo que as variações mais relevantes foram verificadas nos Serviços de Pessoas Físicas e nos Serviços de Pessoa Jurídica.

Nos Serviços de Pessoas Físicas estão registradas as despesas referentes aos honorários dos Conselhos Fiscal e de Administração da CDC.

Já nos Serviços de Pessoas Jurídicas, verificou-se maior destaque em Publicidade Legal e em Despesas com Limpeza e Conservação.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas, conforme Demonstração do Resultado de 2018 e de 2017 são compostas, conforme a seguir:

	2018	2017	VARIAÇÃO
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	6.833	7.910	-13,62%
Recuperação de Valores baixados como perdas em exercícios anteriores	13	43	-69,77%
Recuperação de Perdas em Créditos de Liquidez Duvidosa	7	132	-94,70%
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	163	113	44,25%
Receitas Eventuais	155	9	1.622,22%
Créditos Fiscais	1.786	1.325	34,79%
Total	8.957	9.532	-6,03%

No exercício de 2018, as Outras Receitas Operacionais apresentaram uma redução de 6,03%, justificada principalmente, pela queda nas Receitas de Aluguéis e Arrendamentos.



A rubrica Créditos Fiscais refere-se ao lançamento do valor de crédito fiscal de R\$ 1.786 (mil), provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, referente ao ano-calendário de 2014.

As outras despesas, conforme Demonstração do Resultado perfaz o montante R\$ 1.013 (mil), composta pela descrição a seguir:

	2018	2017	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	867	2.510	-65,46%
Provisão para Devedores Duvidosos	146	-47	-410,64%
Total	1.013	2.463	-58,87%

A redução mais significativa é verificada nas Despesas com Ações Judiciais, as quais foram contabilizadas de acordo com os prognósticos apontados pelo setor jurídico da CDC.

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No exercício de 2018, verificou-se um aumento de receitas financeiras num percentual de 208,89% em relação ao exercício de 2017. O aumento nas receitas financeiras é justificado, principalmente pelo desconto concedido pela RFB, por ocasião da consolidação do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), ocorrida em agosto/18.



	2018	2017	VARIAÇÃO
Juros de Usuários	276	313	-11,82%
Descontos Obtidos	1.694	-	100,00%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	192	324	-40,74%
Outras	62	83	-25,30%
Total	2.224	720	208,89%

b) DESPESAS FINANCEIRAS

No exercício de 2018, as Despesas Financeiras sofreram uma redução de 46,37%, conforme quadro demonstrativo abaixo:

DESPESAS FINANCEIRAS	2018	2017	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	449	469	-4,26%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	-3	456	-100,66%
Despesas Bancárias diversas	31	30	3,33%
Despesas de Variações Monetárias	3.122	5.776	-45,95%
Despesas com IOF	17	12	41,67%
Total	3.616	6.743	-46,37%

No que se refere à redução das Despesas de Variações Monetárias, esta é justificada pela não ocorrência de juros incidentes sobre a consolidação do REFIS, a qual foi verificada no exercício de 2017. Em 2018, ressalta-se que, do saldo existente, R\$ 3.030 (mil) foi proveniente das atualizações dos saldos dos aportes para futuro aumento de capital.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados, visando cobrir eventuais perdas.



33. DIVULGAÇÃO REQUERIDA PELO DECRETO Nº 95.524/87

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar, a maior e menor remuneração pagas aos empregados e dirigentes foram:

REMUNERAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
DIRETORES		
Maior Remuneração	24	24
Menor Remuneração	23	23
EMPREGADOS		
Maior Remuneração	22	22
Menor Remuneração	2	2

34. DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

As provisões para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados de acordo com a legislação específica. As alíquotas utilizadas são:

	Alíquotas em %
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	15%
Adicional de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	10%
Contribuição Social	9%


Fco Humberto Castelo Branco
Diretor de Administração e Finanças
Companhia Docas do Ceará



Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC-CE 16.629/O-7
CPF: 616.329.613-37


Cesar Augusto Pinheiro
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará


Mário Jorge Cavalcanti Moreira
Diretor Comercial
Companhia Docas do Ceará


Claudio Henrique Pereira D'Alencar
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária

Companhia Docas do Ceará - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Praça Amigos da Marinha, s/n - Mucuripe - Fortaleza/CE - CEP 60.180-422 - Fone: (85) 3266.8989 - www.docasdoceara.com.br